O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	**CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS**	**17.281.106/0001-03**
4 - NIRE		
31300036375		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA MAR DE ESPANHA, 525				SANTO ANTÔNIO
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
30270-330	BELO HORIZONTE			MG
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
31	3250-2015	3250-1214	3250-2040	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
31	3250-1409	3250-1312	-	
15 - E-MAIL				
dfi@copasa.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA MAR DE ESPANHA, 525				SANTO ANTÔNIO
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
31330-270	BELO HORIZONTE			MG
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
31	3250-2015	3250-1214	3250-2040	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
31	3250-1409	3250-1312	-	
16 - E-MAIL				
dfi@copasa.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	2	01/04/2008	30/06/2008	1	01/01/2008	31/03/2008

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES SS	00471-5
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOÃO RICARDO P. COSTA	722.071.677-04

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	115.165	115.165	115.165
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	115.165	115.165	115.165
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	370	370	370
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	370	370	370

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1160 - Saneamento,Serv. Água e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fornecer água tratada e coletar e tratar esgoto
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	16/01/2006	1.818.780	102.791	JCP Acionistas R$	894	115,0000000000
02	06/02/2006	2.541.857	723.077	Subscrição Particular em Dinheiro	30.769	23,5000000000
03	08/03/2006	2.632.242	90.385	Subscrição de lote suplementar	3.846	23,5000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
1	Ativo Total	5.904.876	5.838.481
1.01	Ativo Circulante	1.226.143	1.321.409
1.01.01	Disponibilidades	841.474	960.777
1.01.01.01	Caixa e bancos	25.869	37.945
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	815.605	922.832
1.01.02	Créditos	355.915	332.809
1.01.02.01	Clientes	347.217	324.867
1.01.02.02	Créditos Diversos	8.698	7.942
1.01.02.02.01	Adiantamento a empregados	8.097	6.018
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	217	1.539
1.01.02.02.03	Outros	384	385
1.01.03	Estoques	28.002	27.271
1.01.04	Outros	752	552
1.01.04.01	Impostos a recuperar	752	552
1.01.04.02	Imp de renda e contrib social diferidos	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.678.733	4.517.072
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	391.367	350.062
1.02.01.01	Créditos Diversos	391.367	350.062
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	201.404	179.675
1.02.01.01.02	Imp de renda e contrib social diferidos	58.982	53.886
1.02.01.01.03	Depósitos judiciais	13.686	13.847
1.02.01.01.04	Caução em garantia de financiamentos	59.338	55.156
1.02.01.01.05	Outros	57.957	47.498
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	4.287.366	4.167.010
1.02.02.01	Investimentos	21.865	22.036
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.077.080	3.953.423
1.02.02.03	Intangível	188.421	191.551
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2	Passivo Total	5.904.876	5.838.481
2.01	Passivo Circulante	434.938	495.593
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	107.502	101.093
2.01.02	Debêntures	48.198	51.097
2.01.03	Fornecedores	78.029	64.407
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	31.248	32.259
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	86.432	62.211
2.01.06.01	Provisões tributárias	20.055	8.685
2.01.06.02	Provisão para férias	49.987	46.420
2.01.06.03	Provisão para 13º salário	16.390	7.106
2.01.06.04	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	83.529	184.526
2.01.08.01	Participação dos empregados nos lucros	14.186	20.821
2.01.08.02	Juros sobre o capital próprio	36	77.129
2.01.08.03	Convênio de cooperação técnica	17.076	37.894
2.01.08.04	Plano de previdência complementar	10.219	8.593
2.01.08.05	Obrigações diversas	42.012	40.089
2.02	Passivo Não Circulante	1.755.144	1.738.996
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.744.060	1.738.996
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	788.774	779.968
2.02.01.02	Debêntures	526.926	538.861
2.02.01.03	Provisões	148.275	140.553
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	40.575	34.441
2.02.01.03.02	Provisões tributárias	107.700	106.112
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8.797	8.797
2.02.01.06	Outros	271.288	270.817
2.02.01.06.01	Plano de previdência complementar	155.097	154.529
2.02.01.06.02	imp de renda e contrib social diferidos	15.479	16.147
2.02.01.06.03	Obrigações diversas	100.712	100.141
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	11.084	0
2.02.02.01	Receita de exercícios futuros	11.084	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.714.794	3.603.892
2.04.01	Capital Social Realizado	2.632.242	2.632.242
2.04.02	Reservas de Capital	70.388	75.991
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	808.728	808.728

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2008	4 -31/03/2008
2.04.04.01	Legal	66.077	66.077
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	742.651	742.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	203.436	86.931
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	568.064	1.089.468	515.889	995.054
3.01.01	Serviços de água	428.317	823.653	392.793	739.640
3.01.02	Serviços de esgoto	139.747	265.815	123.096	255.414
3.02	Deduções da Receita Bruta	(56.741)	(110.842)	(52.472)	(100.695)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	511.323	978.626	463.417	894.359
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(240.055)	(471.126)	(214.739)	(424.189)
3.05	Resultado Bruto	271.268	507.500	248.678	470.170
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(91.070)	(191.759)	(92.899)	(187.389)
3.06.01	Com Vendas	(45.373)	(83.013)	(35.311)	(70.033)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(74.580)	(139.137)	(66.288)	(132.423)
3.06.03	Financeiras	31.971	35.529	11.594	15.768
3.06.03.01	Receitas Financeiras	55.543	93.099	49.521	84.625
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(23.572)	(57.570)	(37.927)	(68.857)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	13.183	21.734	6.439	17.655
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(15.525)	(25.482)	(9.333)	(18.356)
3.06.05.01	Provisões Tributárias	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(746)	(1.390)	0	0
3.07	Resultado Operacional	180.198	315.741	155.779	282.781
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	25	25
3.08.01	Receitas	0	0	25	25
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	180.198	315.741	155.804	282.806
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(63.693)	(112.305)	(53.523)	(95.855)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	20.663	20.663
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	116.505	203.436	122.944	207.614
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	114.795	114.795	114.795	114.795
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,01490	1,77217	1,07099	1,80856
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada "COPASA", "Controladora" ou "Companhia", é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 30 de junho de 2008:

- Subsidiária Integral Copasa Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objeto de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.

- Subsidiária Integral Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objeto de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

- Subsidiária Integral Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, que tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atuamos em 891 localidades no Estado de Minas Gerais (não revisado) (886 em março de 2008 - não revisado), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, merecendo destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de economias (não revisado)	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	878.683	2032	Belo Horizonte	2032
Contagem	196.488	2073	Contagem	2073
Betim	112.933	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	103.309	2028	Betim	2042
Divinópolis	76.945	2033	Ipatinga	2022
Ribeirão das Neves	75.047	2034	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	69.194	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	59.288	2013	Varginha	2013
Patos de Minas (*)	46.639	2007	Pouso Alegre	2026
Varginha	42.969	2013	Conselheiro Lafaiete	2009
Pouso Alegre	42.089	2026	Araxá	2032
Ibirité	41.892	2034	Teófilo Otoni	2034
Conselheiro Lafaiete	39.946	2009	Lavras	2034
Teófilo Otoni	37.052	2034	Ibirité	2034
Sabará (*)	36.498	2007	Itajubá	2034
Lavras	33.513	2034	Alfenas	2033
Araxá	32.500	2032	Coronel Fabriciano	2033
Itajubá	30.226	2034	Pará de Minas	2009
Ubá	29.996	2014	Três Corações	2034
Vespasiano	27.854	2034	Vespasiano	2034

(*) O contrato de concessão com o Município de Patos de Minas encerrou-se em 05 de julho de 2007 e com o Município de Sabará em 03 de agosto de 2007, entretanto, a Companhia já iniciou negociações para a renovação destes contratos, o que deve estar concluído em breve. O faturamento para o 2º trimestre de 2008 em Patos de Minas foi de R$4.655, e em Sabará de R$3.763, ou 0,76% e 0,61% do faturamento de água da Companhia, respectivamente.

Nos sistemas operados pela COPASA, os bens pertencentes aos Municípios foram incorporados ao imobilizado da Companhia como ativos intangíveis, pelo valor determinado em laudos técnicos de avaliação econômico-financeira, e são depreciados pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos mesmos, exceto os bens pertencentes aos sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, que são depreciados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente.

Na maioria dos contratos há previsão das prefeituras participarem com 20% dos investimentos em saneamento realizados no município, sob a forma de integralização de capital na Companhia. Findo o prazo de concessão, e não havendo renovação da mesma, os bens incorporados ao patrimônio da COPASA, bem como aqueles decorrentes de investimentos da Companhia, reverterão ao patrimônio do município, deduzida a participação no capital, mediante indenização à COPASA, com exceção de Além Paraíba e Ipatinga que serão devolvidos livres de quaisquer ônus. Esta indenização, nos contratos assinados até junho de 2006, corresponde ao valor do ativo líquido do sistema. Nos contratos assinados a partir de julho de 2006, a indenização devida pelo município passou a ser calculada com base em laudos técnicos de avaliação dos bens integrantes do sistema, à época da devolução do mesmo. No caso da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo contrato de concessão foi renovado em 2002, vide comentários adicionais na nota 17.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Alterações da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 11.638/07

  Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei nº. 11.638 que altera, revoga e introduz novos dispositivos às Leis nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº. 6.385 de 7 de dezembro de 1976. O principal objetivo dessas alterações e introduções é atualizar a legislação societária brasileira para permitir a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as práticas internacionais de contabilidade definidas pelas normas emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

  Os requerimentos desta nova lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2008. Esses requisitos não se enquadram como mudanças de circunstâncias ou de estimativas e, portanto, a adoção de novas práticas introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 deve ser, como regra geral, demonstrada retrospectivamente, ou seja, mediante a aplicação dessas novas práticas contábeis como se essas práticas estivessem em uso durante todos os períodos apresentados, observando-se a norma que trata de "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", aprovada pela Comissão de Valores Mobiliário s (CVM), por meio da Deliberação nº. 506.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dessa forma, as mudanças de práticas contábeis são registradas nos livros contábeis como ajustes de exercícios anteriores, embora o seu impacto seja alocado a cada um dos períodos apresentados. No caso específico da Companhia, em que as demonstrações financeiras do exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008, serão apresentadas de forma comparativa com os valores de 2007, os ajustes serão demonstrados aos saldos iniciais (1º de janeiro de 2007), de forma que os dois exercícios sejam apresentados observando-se as mesmas práticas contábeis.

Esse procedimento foi adotado também na preparação e apresentação das informações trimestrais de 2008, de forma que os efeitos das mudanças de práticas contábeis estejam sendo alocados em cada um dos períodos apresentados.

Em 2 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº. 469 que normatizou parcialmente a Lei nº. 11.638/07, estabelecendo os requisitos mínimos a serem observados na apresentação das informações trimestrais de 2008. Essa instrução, mediante certas condições, facultou como opção a adoção integral dos dispositivos da referida lei. A Administração não optou por essa alternativa e, dessa forma, aplicou a Lei nº. 11.638/07 na extensão mínima requerida pela Instrução CVM nº. 469 na apresentação das suas informações trimestrais de 2008.

Dentre as principais alterações nas normas contábeis introduzidas pela referida lei, estão destacados abaixo àquelas que, numa análise preliminar efetuada pela Administração, podem vir a impactar, de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008:

- Ajustes a valor presente

  Em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Instrução CVM nº. 469, a Companhia realizou estudos sobre a aplicabilidade de ajuste a valor presente – AVP, sobre os elementos do ativo e do passivo, cujos resultados se encontram abaixo descritos:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Ativos

Em 30 de junho de 2008, está registrado ativo de longo prazo decorrente de operação de parcelamento de débito de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cujo débito está sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo valor da tarifa média faturada por m3 no Município de Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, conforme exposto na nota 17.

Considerando que os reajustes tarifários praticados, acrescidos dos juros remuneratórios, garantem a reposição da perda inflacionária e a correção do dinheiro no tempo, a Companhia concluiu não ser aplicável, ao referido ativo, o ajuste a valor presente. Não há risco do não recebimento do presente ativo, pois além de acordado contratualmente, o pagamento das parcelas desse débito está vinculado ao repasse tarifário, efetuado mensalmente.

Não existem ativos decorrentes de operações de curto prazo de efeitos relevantes.

b) Passivos

Em 30 de junho de 2008, a Companhia possui registros de operações de empréstimos e financiamentos de longo prazo não passíveis da aplicação do ajuste a valor presente, por não serem objeto de prefixação, bem como por não haver provisão de juros de longo prazo para estes passivos.

Não existem passivos decorrentes de operações de curto prazo de efeitos relevantes.

- Doações e subvenções

  De acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº. 469, a Companhia procedeu, em junho de 2008, a reclassificação para resultados de exercícios futuros, dos recebimentos realizados no período de janeiro a junho de 2008, referentes a subvenções para a construção de redes de água e de esgotamento sanitário, no valor de R$11.010, e a bens doados por empresas incorporadoras, constituídos por redes de água e de esgotamento sanitário, reservatórios e instalações, no valor de R$74. Essas doações são previstas pelas normas internas da Companhia, como condição para a assunção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto em empreendimentos edificados por particulares.

- Análise da recuperabilidade dos ativos imobilizado, intangível e diferido

  Em 1º de novembro de 2007, a CVM através da Deliberação nº. 527, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sobre redução ao valor recuperável de ativos.

  Este pronunciamento tornou obrigatória a realização de análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não recuperação desses ativos seja registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando haja evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, seja revisado e ajustado.

  A Companhia iniciará estudo sobre a pertinência da aplicabilidade de ajuste a valor recuperável de seus ativos, objetivando o seu reconhecimento e divulgação até o final deste exercício social, conforme dispõe a norma vigente.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demais alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 não deverão provocar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 ou não são aplicáveis, a saber:

- Reavaliações do ativo imobilizado – Estão proibidas novas reavaliações do ativo imobilizado. Essa alteração não é aplicável à Companhia e suas controladas, uma vez que esse não foi procedimento adotado anteriormente.

- Remuneração de diretores e empregados com base em ações – a Companhia não possui plano de outorga de opções de compra de ações aos administradores e principais executivos, mediante o cumprimento de certas metas, dessa forma, tal alteração não afeta a Companhia.

- Combinação de negócios por meio de fusões, incorporações ou cisões – Em 2008 e 2007 não foram efetuadas e não estão previstas quaisquer transações dessas naturezas e, portanto, as mudanças nas práticas contábeis requeridas pela Lei nº. 11.638/07 não são aplicáveis à Companhia.

- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas – (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. A Administração entende que suas aplicações financeiras estão em linha com as exigências da CVM, ou seja, nenhum efeito significativo deverá ser apurado na adoção da referida regra. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, diante do volume de contratos com diferentes prazos e condições de remuneração, a Administração aguarda a regulamentação e normatização das alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638 para desenvolver estudos mais detalhados permitindo assim uma adequada contabilização e divulgação do assunto.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens, como, por exemplo, o arrendamento mercantil financeiro – A Companhia iniciará estudo para a identificação de possíveis bens locados, objetivando o enquadramento de seus registros em consonância com a presente norma.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Os investimentos em coligadas cuja Administração tenha influência significativa ou que participe em 20% ou mais do capital votante (e não mais do capital total), em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O conceito de relevância foi eliminado – A Companhia já cumpre tais determinações.

- Inclusão das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado - DVA no conjunto das demonstrações financeiras – A Administração já procede à divulgação das demonstrações dos fluxos de caixa e apresentará a demonstração de valor adicionado - DVA quando da preparação das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2008.

- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis – A Companhia está avaliando os impactos da aplicação dessa introdução em sua estrutura de controles internos para melhor definir a prática a ser adotada.

Considerando que o processo de normatização demandará a emissão de diversos novos pronunciamentos, a Administração aguarda a regulamentação e normatizações adicionais destes e de outros assuntos pelos órgãos competentes, para que obtenha todos os elementos necessários para determinação, registro e divulgação de todos os efeitos da citada lei sobre suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008. A Companhia pretende divulgar, nos próximos trimestres, os impactos no patrimônio líquido e no lucro, decorrente da implementação das medidas acima comentadas face à evolução de suas análises, bem como interpretações adicionais advindas nos órgãos reguladores, incluindo a Instrução CVM nº. 469.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A aprovação das demonstrações financeiras foi realizada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores em 1º de agosto de 2008.

03. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

(b) Ativos circulante e não circulante

Os estoques de manutenção são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. Os demais ativos são apresentados pelo valor histórico, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes

- Valores até R$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

- Valores acima de R$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para devedores duvidosos para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado contra o resultado.

- Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

A partir de 1º de setembro de 2003, de acordo com posição adotada pela Administração, os créditos a receber de órgãos do Poder Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, passaram a ser integralmente provisionados.

- Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo método do custo de aquisição.

(e) Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, combinado com os seguintes aspectos:

- ativo imobilizado depreciado segundo as taxas descritas na nota 09;
- ao imobilizado são acrescidos os juros sobre financiamentos para obras, incorridos até a data de entrada das mesmas em operação.

(f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(g) Juros sobre o capital próprio

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº. 9.249/95, são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são revertidos do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados.

(h) Imposto de renda e contribuição social

Registrados pelo regime de competência de exercícios, às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, calculados sobre os lucros tributáveis ajustados conforme legislação específica. São constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, se houver ("créditos tributários ativos").

(i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

(j) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 21 (NPC 21) - Normas de Consolidação, emitidos pelo IBRACON, em março de 1982, e Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996, e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na nota 08. Na consolidação foram observados os seguintes principais critérios:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e do resultado da equivalência patrimonial contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

04. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008
Caixa e bancos	25.869	37.945	26.957
Títulos e valores mobiliários (*)	815.605	922.832	816.030
Total	**841.474**	**960.777**	**842.987**

(*) A Controladora mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, além daqueles auferidos pela venda de ações, ocorrida em fevereiro de 2006, em Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os saldos destas aplicações, efetuadas junto a diversas instituições, em 30 de junho de 2008, é de R$815.605, sendo R$780.916 de recursos próprios e R$34.689 de recursos de convênios. Em 31 de março de 2008, estes saldos eram de R$922.832, composto por R$882.057 e R$40.775, respectivamente. As receitas financeiras oriundas das aplicações de recursos próprios no 2º trimestre de 2008 totalizaram R$23.433 (R$22.413 no 2º trimestre de 2007). A subsidiária COPANOR recebeu, em março de 2008, recursos de R$3.500 oriundos de convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, dos quais R$425 estão aplicados em 30 de junho de 2008, gerando rendimento bruto de R$54 no trimestre, creditado aos recursos do referido convênio.

05. CLIENTES

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008
a) Circulante			
Valores faturados			
A vencer	83.915	76.883	83.944
Vencidos até 30 dias	66.476	51.902	66.476
Vencidos de 31 até 60 dias	23.435	20.045	23.435
Vencidos de 61 até 90 dias	12.019	11.624	12.019
Vencidos de 91 até 180 dias	18.712	19.061	18.712
Vencidos acima de 180 dias	14.560	11.293	14.560
	219.117	190.808	219.146
Valores a faturar	151.978	150.675	151.978
	371.095	341.483	371.124
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(23.878)	(16.616)	(23.878)
Total circulante	347.217	324.867	347.246
b) Ativo não circulante: realizável a longo prazo			
Valores a faturar	201.404	179.675	201.404
Saldo de clientes – circulante e longo prazo	**548.621**	**504.542**	**548.650**

A conta de clientes inclui R$9.574 de faturas emitidas contra o Estado de Minas Gerais, e R$2.730 faturados contra o Município de Belo Horizonte.

O saldo de valores a faturar demonstrado no realizável a longo prazo refere-se a débitos renegociados com a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme mencionado na nota 17.

(*) Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R$11.593 de perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2008, na rubrica despesas comerciais. No 2º trimestre de 2007, essas perdas foram de R$21.316. A partir de 2005, a Companhia passou a reconhecer baixa de faturas de parcelamento de débitos de prefeituras, face ao não cumprimento dos prazos de pagamentos determinados em contrato.

Tais valores podem ser detalhados como segue:

	Controladora	
	30/06/2008	30/06/2007
1. Baixa direta de valores até R$5, vencidos há mais de 180 dias, e acima de R$5, vencidos há mais de 360 dias	4.331	20.722
2. Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa para créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, referente clientes específicos que não vêm honrando suas obrigações	7.262	594
Total	**11.593**	**21.316**

Foram recuperados, no 2º trimestre de 2008, créditos já baixados no montante de R$6.375 (R$3.205 no 2º trimestre de 2007), contabilizados como outras receitas operacionais.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte:

	Controladora
1. Saldo em 31 de março de 2008	16.616
2. Provisão constituída no trimestre	7.262
3. Saldo em 30 de junho de 2008	**23.878**

06. ATIVO CIRCULANTE - CRÉDITOS DIVERSOS

São representados por:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008
Adiantamentos a empregados (*)	8.097	6.018	8.097
Despesas antecipadas (**)	217	1.539	218
Diversos	384	385	705
Total	**8.698**	**7.942**	**9.020**

(*) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias e 13º salário no valor de R$7.785 pago aos empregados que gozaram férias no 1º semestre de 2008.

(**) Refere-se a gastos com o programa de saúde dos empregados da Companhia a ser descontado nos meses subseqüentes.

07. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – OUTROS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008
Aplicação financeira vinculada (*)	40.895	40.122	40.895
Empréstimos Águas Minerais (**)	9.331	2.503	-
Empréstimos Copanor (***)	5.430	4.397	-
Empréstimos Jaíba (****)	1.824	-	-
Diversos	477	476	1.422
Total	**57.957**	**47.498**	**42.317**

(*) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte e da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, mediante o cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Face ao não cumprimento das metas, a Companhia mantêm registro desses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (nota 12).

(**) Refere-se a contratos de mútuo e a salários e encargos de funcionários cedidos pela Companhia à Copasa Águas Minerais de Minas S.A., no período de março a junho de 2008, e que serão reembolsados de acordo com o previsto contratualmente.

(***) Refere-se a gastos com salários e encargos de funcionários cedidos no período de setembro de 2007 a junho de 2008, e com perfuração de poços profundos assumidos pela Companhia em municípios inseridos na área de atuação da COPANOR, além de outras despesas diversas. Esses gastos serão ressarcidos posteriormente pela referida subsidiária.

(****) Refere-se a repasses de recursos e a salários e encargos de funcionários cedidos pela Companhia à Copasa Serviços de Irrigação S.A., no período de dezembro de 2007 a junho de 2008, e que serão reembolsados posteriormente pela referida subsidiária.

08. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008
Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial			
Copasa Águas Minerais de Minas S.A.	20.644	20.815	-
Copanor	1	1	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	1	-
Subtotal	20.646	20.817	-
Em sociedades não controladas e não coligadas avaliadas pelo método de custo de aquisição			
Prodemge – Cia. Processamento de MG	959	959	959
Brasil Telecom	66	66	66
Telesp	99	99	99
Vivo Participações	43	43	43
TIM Participações	30	30	30
Outras	22	22	22
Subtotal	1.219	1.219	1.219
Total	**21.865**	**22.036**	**1.219**

As principais informações sobre as investidas controladas são como segue:

		30/06/2008					
Sociedades controladas	Quantidade de ações	Participação Copasa (%)	Adiant. p/ fut. aum. capital	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Copasa Águas Minerais S.A.	20.644	100,00	6.715	13.929	20.644	-	-
Copanor	1	100,00		1	1	-	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	100,00		1	1	-	-
Total	**20.646**		**6.715**	**13.931**	**20.646**	**-**	**-**

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31/03/2008	Equivalência patrimonial	Aportes/ aquisições	Dividendos propostos	Outros	30/06/2008
Copasa Águas Minerais S.A.	20.815	-	-	-	(171)	20.644
Copanor	1	-	-	-	-	1
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	-	-	-	-	1
Total	**20.817**	**-**	**-**	**-**	**(171)**	**20.646**

09. IMOBILIZADO

			Controladora		Consolidado
			30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008
Descrição	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Sistemas de água					
Terrenos florestas/preservação ambiental	96.220	-	96.220	95.950	96.220
Construção e poços tubulares profundos	3.015.370	1.634.710	1.380.660	1.395.439	1.381.549
Instalações elétricas	15.044	12.144	2.900	3.037	2.900
Máquinas e equipamentos (DN) *	18.352	9.759	8.593	8.700	8.593
Máquinas e equipamentos (DA) *	371.222	309.347	61.875	62.886	61.875
Equipamentos de perfuração de poços	1.801	1.094	707	740	707
SUBTOTAL	3.518.009	1.967.054	1.550.955	1.566.752	1.551.844
Sistemas de esgotamento sanitário					
Terrenos	4.012	-	4.012	4.010	4.012
Construções	1.462.679	430.440	1.032.239	1.036.828	1.032.239
Instalações elétricas	251	76	175	180	175
Máquinas e equipamentos (DN) *	4.214	3.064	1.150	1.196	1.150
Máquinas e equipamentos (DA) *	31.032	24.691	6.341	7.663	6.341
SUBTOTAL	1.502.188	458.271	1.043.917	1.049.877	1.043.917
Bens de uso geral					
Terrenos	1.536	-	1.536	1.537	1.536
Construções	99.461	64.170	35.291	35.799	35.291
Instalações elétricas	25	20	5	6	5
Móveis e utensílios	5.485	3.422	2.063	2.056	2.153
Máquinas e equipamentos (DN) *	34.164	21.707	12.457	12.901	25.194
Ferramentas	84	84	-	-	-
Equipamentos de informática	45.876	31.738	14.138	15.011	14.361
Veículos	93.383	65.897	27.486	31.041	27.564
Motocicletas	5.013	3.179	1.834	2.033	1.834
Equipamentos pesados	5.883	4.365	1.518	1.689	1.518
Vasilhames e engradados	-	-	-	-	107
SUBTOTAL	290.910	194.582	96.328	102.073	109.563
Outras imobilizações	31.605	-	31.605	29.616	35.023
Estoque para obras	78.862	-	78.862	74.854	78.862
Obras em andamento	1.275.413	-	1.275.413	1.130.251	1.275.413
SUBTOTAL	1.385.880	-	1.385.880	1.234.721	1.389.298
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	**6.696.987**	**2.619.907**	**4.077.080**	**3.953.423**	**4.094.622**
Ativos intangíveis					
Licença para uso de software	45.689	17.699	27.990	29.755	27.990
Diretrizes, métodos e processos	18.317	15.301	3.016	3.246	3.016
Servidões administrativas	3.791	1.813	1.978	1.869	1.978
Direito de exploração de concessões	175.149	19.849	155.300	156.511	155.300
Outros intangíveis	391	254	137	170	137
TOTAL ATIVO INTANGÍVEL	**243.337**	**54.916**	**188.421**	**191.551**	**188.421**

(*) DN - depreciação normal; DA - depreciação acelerada.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os bens alocados nos municípios em que os contratos não estabelecem indenização ao término da concessão, sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente. Os demais bens integrantes do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas estimativas de vida útil dos mesmos, de acordo com as taxas abaixo indicadas:

	% anual
Construção	4
Poços tubulares profundos	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos (DN – depreciação normal)	10
Máquinas e equipamentos (DA – depreciação acelerada)	20
Instalações elétricas	10
Equipamentos de perfuração de poços	15
Veículos e ferramentas	20
Equipamentos de informática	20
Equipamentos pesados	25

A amortização dos bens intangíveis é realizada de acordo com as seguintes taxas:

	% anual
Licença para uso de software	20
Diretrizes, métodos e processos	10

Servidões administrativas são valores pagos aos proprietários de faixas de terrenos utilizadas pela Companhia para a passagem de adutoras. Esses ativos são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios onde os mesmos estão localizados.

Direito de exploração de concessões retrata a participação financeira da Companhia em obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras (nota 13), e são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios assumidos.

Outras imobilizações compõem-se basicamente de adiantamentos para aquisições de terrenos.

As depreciações e amortizações do trimestre totalizaram R$60.058 (R$53.640 no 2º trimestre de 2007) e foram apropriadas ao resultado.

Os sistemas de água representam bens e instalações em 891 localidades (não revisado) (886 em março de 2008 - não revisado) do Estado de Minas Gerais, sendo explorados de acordo com os contratos de concessões firmados com os municípios, cujos prazos variam entre 18 e 99 anos, sendo, em sua maior parte, com prazo de 30 anos.

O saldo da conta obras em andamento é representado, substancialmente, por empreendimentos para expansão e criação de sistemas de água, R$447.729 (R$395.086 em março de 2008), e de esgotamento sanitário, R$563.227 (R$492.749 em março de 2008).

No trimestre, a Companhia capitalizou, na conta obras em andamento, juros e encargos no valor de R$19.458 (R$14.277 no 2º trimestre de 2007).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora						
	30/06/2008		31/03/2008				
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo prazo	Taxas % a.a.	Índice	Prazo final
Em moeda nacional							
Destinados ao imobilizado							
. Caixa Econômica Federal	60.529	548.361	53.292	523.303	(1)	TR	2029
. Governo Estadual/BDMG	8.239	25.174	7.537	24.861	(2)	IGP-M	2016
. Tesouro Nacional	30.075	155.703	29.639	162.701	5,38	TR	2014
Subtotal	98.843	729.238	90.468	710.865			
Em moeda estrangeira							
Destinados ao imobilizado							
. Banco do Brasil S.A.	1.824	912	1.996	1.996	(3)	Cambial	2009
. União Federal - bônus (*)	6.835	58.624	8.629	67.107	(4)	Cambial	2024
Subtotal	8.659	59.536	10.625	69.103			
Total	**107.502**	**788.774**	**101.093**	**779.968**			

(1) Taxas variáveis de 6,50% a 11,00%, mais 2% de taxa de administração - média em 30/06/2008 de 10,68% a.a. (idem em 31/03/2008).

(2) Taxas variáveis de 8,21% a 10,07% - média em 30/06.2008 de 8,87% a.a. (idem em 31/03/2008).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(3) Libor + spread 13/16 de 1% a.a.

(4) Cesta de taxa de juros - União Federal - bônus:

Bônus	Taxa de juros	Comissão
Debt Conversion Bond	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
New Money Bonds	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Flirb	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
C-Bond	8% a.a.	0,2% a.a.
Discount Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Par Bond	6% a.a.	0,2% a.a.
El Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Brazilian Investment Bonds	6% a.a.	0,2% a.a.

(*) O montante dessa dívida, originalmente contraída junto a instituições financeiras externas, foi inserido no acordo concluído pelo governo brasileiro com a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal através da Resolução n.º 98, de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos.

Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional, a saber:

Tipo do bônus	Valor (US$)	Emissão	Prazo em anos	Carência em anos	Amortização
Debt Conversion Bond	5.704.366,68	15.04.94	18	10	17 parcelas semestrais
New Money Bonds	376.103,67	15.04.94	15	7	17 parcelas semestrais
Flirb	381.646,98	15.04.94	15	9	13 parcelas semestrais
C-Bond	7.671.092,04	15.04.94	20	10	21 parcelas semestrais
Discount Bond	10.450.354,96	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Par Bond	14.972.118,36	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Brazilian Investment Bonds	1.432.873,38	31.08.89	25	10	30 parcelas semestrais
Total	**40.988.556,06**				

Em 03 de agosto de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$181.000, para execução de obras de água e esgotamento sanitário em diversas localidades, com as seguintes características:

- Encargos financeiros: juros de 6% a.a. e spread de 0,5% a.a.;
- Taxa de administração: 2% a.a.;
- Indexador: taxa referencial de juros – TR;
- Prazo de amortização: 240 meses;
- Prazo de carência: 10 a 48 meses;
- Garantia: conta reserva correspondente a 01 vez o serviço da dívida mensal e receita vinculada correspondente a 3 vezes o serviço da dívida mensal.

Até 30 de junho de 2008 foram liberados R$27.323 de recursos do fundo de garantia, que somados aos R$9.264 de recursos próprios da Companhia, totalizam R$36.587 em recursos aplicados.

Em 20 de maio de 2008 foi assinado contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – Programa de Aceleração do Crescimento 2008 – IN/36, para aplicação em empreendimentos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no montante de R$578.216, conforme aprovado pela Diretoria do BNDES em 15 de abril de 2008, por meio da Decisão nº. Dir. 288/2008 – BNDES, com as seguintes características:

- Encargos financeiros: juros de 1,73% a.a. acima da taxa de juros de longo prazo – TJLP
- Indexador: taxa de juros de longo prazo – TJLP;
- Prazo de amortização: 138 meses;
- Prazo de carência: 42 meses;
- Garantia: conta reserva correspondente a 03 vezes o serviço da dívida mensal e receita vinculada no valor mensal mínimo de R$23.000, corrigido pelo IPCA.

Caso a Companhia cumpra, de forma cumulativa, os índices a seguir especificados, os juros estipulados acima serão reduzidos para 1,52% a.a. acima da TJLP:

- Divida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0;
- EBITDA/ROL: igual ou superior a 36%;
- EBITDA/serviço da dívida: igual ou superior a 1,5.

O início da liberação de recursos, segundo previsão da Superintendência Financeira da Companhia, só ocorrerá a partir do exercício de 2009.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As parcelas de longo prazo vencem como segue:

	Controladora	
Ano de vencimento	**30/06/2008**	**31/03/2008**
2009	55.055	100.587
2010	111.091	105.382
2011	115.411	109.658
2012	120.281	113.543
2013	118.998	111.825
2014	81.278	72.501
2015	50.172	42.695
2016 em diante	136.488	123.777
Total	**788.774**	**779.968**

Em relação aos financiamentos a Companhia oferece as seguintes garantias:

1. União Federal - bônus:

   São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento.

   1.1. Discount Bond e Par Bond:

   Como garantia acessória desse financiamento, a Companhia mantém caucionado no Banco do Brasil o montante de R$19.190, atualizado até 30 de junho de 2008 (R$20.725 em 31 de março de 2008), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

2. Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

   No intuito de garantir o cumprimento das obrigações da Companhia, assumidas nos contratos de repasse de recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, assinado entre a Caixa Econômica Federal, designada como gestora, e Unibanco, foram celebrados contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos em 04 de julho de 2006, com os agentes administradores Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado abaixo:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

			Garantias		
Contrato	Número	Valor principal	Cessão fiduciária	Conta vinculada	Conta reserva
Abertura crédito I		256.428			
Cessão fiduciária	2006 1637		17.000	17.000	16.535
I Termo aditivo	2006 2933		17.000	17.000	
Abertura crédito II		284.593			
Cessão fiduciária	2006 1639		15.300	15.300	
I Termo aditivo	2006 2934		15.300	15.300	
Total		**541.021**	**-**	**-**	**16.535**

Para estes contratos a Companhia oferece as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R$17.000 e R$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPC-A divulgado pela FIP;

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos aos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, mantidos em fundos, aplicações financeiras ou detidos sob qualquer outra modalidade, decorrentes do pagamento dos créditos cedidos. Em 30 de junho de 2008 o fundo de liquidez composto pelo saldo da conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, e que está registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R$16.535 (R$11.271 em 31 de março de 2008);

3. Demais financiamentos:

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 30 de junho de 2008, é de R$746 (R$732 em 31 de março de 2008).

- Os demais financiamentos são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(1) Covenants de contratos sindicalizados:

Índice	Limite
exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	igual ou maior que 350

(2) Covenants de contratos com a CEF – os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:", acima descritas.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	maior que 365

Salientamos que até 30 de junho de 2008, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos acima descritos.

11. DEBÊNTURES

		30/06/2008		31/03/2008	
Séries	Data da subscrição	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.882	39.217	7.884	41.121
3ª e 4ª	09/11/2004	7.882	39.217	7.884	41.121
5ª e 6ª	29/07/2004	7.882	39.217	7.884	41.121
7ª	19/12/2005	3.941	19.608	3.942	20.560
8ª e 9ª	24/04/2006	7.882	39.217	7.884	41.121
10ª	19/12/2006	3.941	19.608	3.942	20.560
11ª e 12ª	23/03/2007	7.882	39.216	7.885	41.120
Debêntures não conversíveis		47.292	235.300	47.305	246.724
Subscrição 2ª. Emissão					
Única	28/08/2007	276	89.062	2.095	89.008
Única	06/09/2007	155	49.884	1.173	49.854
Única	03/12/2007	8	2.475	58	3.160
Debêntures conversíveis		439	141.421	3.326	142.022
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	467	150.205	466	150.115
Debêntures não conversíveis		467	150.205	466	150.115
Total		**48.198**	**526.926**	**51.097**	**538.861**

Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou a colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R$25.000 cada uma.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os termos e condições contratuais foram os seguintes:

• Data de emissão	15 de junho de 2004
• Prazo	10 anos
• Carência do principal	36 meses
• Amortização	84 meses
• Vencimento final	15 de julho de 2014
• Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
• Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 30 de junho de 2008, o montante caucionado é de R$19.331 (R$18.970 em 31 de março de 2008).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

O preço de subscrição de cada série será equivalente ao valor nominal acrescido dos juros mencionados, calculados pro-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

Em 23 de maio de 2007, o BNDES e a COPASA assinaram contratos no valor de R$591.055, sendo R$141.055 em debêntures conversíveis em ações ordinárias (2ª emissão) e R$450.000 em debêntures simples (3ª emissão).

Subscrição 2ª emissão:

As debêntures conversíveis possuem um prazo de carência de 59 meses contados a partir da data de emissão, 01 de junho de 2007, sendo que a amortização deverá ocorrer a partir de 2012 em duas parcelas anuais e iguais. A remuneração será de TJLP + 2,3% a.a., e a opção pela conversão se dará a partir do 13º mês após a emissão das debêntures, ao preço de R$31,20 por ação, preço este atualizável pelo Termo de Capitalização TC = [(1 + TJLP) / 1,06]n/360-1, sendo n = número de dias entre a data do evento financeiro e a data de capitalização ou liquidação das debêntures.

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, às 16:00 horas do dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

Subscrição 3ª emissão:

As debêntures simples, não conversíveis em ações, realizadas em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES são constituídas por 450 (quatrocentos e cinqüenta) debêntures de R$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R$25.000 cada uma.

Os termos e condições contratuais são os seguintes:

• Data de emissão	06 de dezembro de 2007
• Prazo	12 anos
• Carência do principal	30 meses
• Amortização	114 meses
• Vencimento final	15 de dezembro de 2019
• Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
• Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 30 de junho de 2008, o montante caucionado é de R$3.536 (R$3.458 em 31 de marco de 2008).

Os recursos provenientes da 2ª e 3ª emissão de debêntures serão utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010, sendo R$199.000 destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água, R$237.000 para modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de esgoto, R$136.000 para otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e R$20.000 para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,5
margem EBITDA	igual ou maior que 33%
grau de endividamento	igual ou menor que 70%
EBITDA/receita operacional líquida	igual ou maior que 36%
dívida líquida/EBITDA	igual ou menor que 3,0

Salientamos que até 30 de junho de 2008, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas às debêntures acima descritas.

12. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	Controladora				Consolidado	
	30/06/2008		31/03/2008		30/06/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Energia elétrica (*)	25.713	56.989	28.984	57.938	25.794	56.989
Prefeituras (**)	8.946	-	8.078	-	8.946	-
Depósitos para obras (***)	-	42.333	-	41.559	-	42.333
Salários e encargos – acordo coletivo (****)	5.280	-	-	-	5.280	-
Diversas	2.073	1.390	3.027	644	2.099	-
Total	**42.012**	**100.712**	**40.089**	**100.141**	**42.119**	**99.322**

(*) Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme termo de acordo e reconhecimento de dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 30 de junho de 2008, restam 51 parcelas a serem pagas.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(**) O saldo é composto por débitos relativos a encontro de contas e a compromissos assumidos quando da renovação de contratos de concessões com diversas prefeituras.

(***) Refere-se a repasse de recursos realizados pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado com a Agência Nacional de Águas – ANA, em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1ª de julho de 2013, devendo a solicitação de emissão da certificação pela Companhia ser requerida até 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. O valor aplicado atualizado até 30 de junho de 2008 relativo a este repasse é de R$21.328(R$20.931 em 31 de março de 2008).

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu o valor de R$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado com a Agência Nacional de Águas – ANA, em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A solicitação de emissão da certificação pela Companhia deve ser requerida até 30 de junho de 2009, conforme o previsto no referido contrato. O valor aplicado atualizado até 30 de junho de 2008 relativo a este repasse é de R$19.567(R$19.191 em 31 de março de 2008).

(****) Refere-se a provisão de salários e encargos relativos as meses de maio e junho de 2008, uma vez que o acordo coletivo 2008/2010 só foi assinado em 04 de julho de 2008.

13. COMPROMISSOS (não revisado)

A Copasa assinou contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores (não revisado):

Contratado	Valor	Data da assinatura	Prazo em dias (1)
Construtora Passarelli Ltda.	65.820	14/11/2007	540
Construtora Andrade Gutierrez s.a.	63.470	06/03/2008	900
Consórcio Engesolo-Leme	23.778	08/02/2008	720
Construtora EMCCAMP Ltda.	21.824	08/11/2007	1.020
SONEL Soc. Nacional Eletric. E Hidr. Ltda.	20.324	09/03/2007	540
Consórcio Direcional-Infracon	15.726	16/01/2008	540
COMIM Construtora Ltda.	8.609	28/09/2007	720
Consórcio BBL Engenharia – COMIM	8.165	30/11/2007	540
Construtora Passarelli Ltda.	8.065	30/10/2007	300
Consórcio Enops-Ampara	6.315	03/01/2008	540

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título direito de exploração de concessões, e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao imobilizado da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

	Valores		
Municípios	Empenhados	Realizados	% realização
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (nota 17)	170.000	-	-
Contagem	81.363	54.687	67,21
Montes Claros	121.941	54.901	45,02
Ribeirão das Neves	86.411	70.311	81,37
Teófilo Otoni	54.360	-	-

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

(a) Capital

	Controladora	
	30/06/2008	31/03/2008
Capital autorizado	3.000.000	3.000.000
Capital a subscrever	(367.758)	(367.758)
Capital subscrito e integralizado	**2.632.242**	**2.632.242**

O capital subscrito e integralizado está representado por 114.794.772 ações ordinárias cuja composição acionária é a seguinte

	Controladora			
	30/06/2008		30/06/2007	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13	68.830.404	59,77
Outros	53.605.905	46,55	45.964.368	39,91
Subtotal	114.794.772	99,68	114.794.772	99,68
Ações em tesouraria	370.176	0,32	370.176	0,32
Total	**115.164.948**	**100,00**	**115.164.948**	**100,00**

Em 30 de junho de 2007, o Capital Group International Inc. possuía 5,01% de participação acionária na Companhia. Conforme correspondência recebida de seu representante no Brasil, a participação acionária do mesmo foi reduzida, ficando abaixo dos 5% exigidos pela CVM para divulgação individualizada de acionistas. Desta forma, as ações remanescentes do Capital Group passam a integrar o conjunto das ações que compõe o *Free Float* da Companhia, dentro do saldo de "Outros".

Em 30 de junho de 2007, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte possuía 9,67% de participação acionária na Companhia. No dia 27 de maio de 2008, após o exercício das ações suplementares por parte do Coordenador Global, foi publicado o Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e de titularidade dos acionistas CODEMIG e Município de Belo Horizonte, por meio da qual foram distribuídas

18.776.521 ações, sendo 7.641.537 ações de titularidade da CODEMIG e 11.134.984 ações de titularidade do Município de Belo Horizonte, ao preço de R$24,50 por ação, perfazendo um total global de R$460.025. Com isso, o *Free Float* da Companhia aumentou para 46,55%.

Em 30 de abril de 2008, o Mackenzie Financial Corporation, na qualidade de administradora advisor e/ou sub-advisor de fundos mútuos, nos informou que a participação desses fundos no capital total da Companhia atingiu 5,01%.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui 370.176 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de cooperação técnica.

(c) Retenção de lucros

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2008 aprovou proposta de retenção de lucros no montante de R$233.649, para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "plano de ação" aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

15. CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis e tributárias consideradas como perdas prováveis, e para ações trabalhistas consideradas como perdas prováveis e possíveis, assim como para obrigações legais. A partir de 30 de setembro de 2007, as provisões para contingências que estavam registradas no passivo circulante, foram reclassificadas para o passivo não circulante.

(a) Processos com probabilidade de perda provável e possível para trabalhista

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, depois de ouvida sua Procuradoria Jurídica e sua Administração, constituiu provisão para essas contingências, como sendo suficientes para cobrir prováveis perdas. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

Controladora

Natureza	30/06/2008			31/03/2008		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão líquida	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida
• Cível (*)	6.187	659	5.528	5.197	659	4.538
• Trabalhista (**)	29.897	660	29.237	25.321	658	24.663
• Tributária (***)	5.813	3	5.810	5.243	3	5.240
Total	**41.897**	**1.322**	**40.575**	**35.761**	**1.320**	**34.441**

A movimentação das contingências e dos depósitos judiciais no trimestre foi a seguinte:

Natureza	Saldo em 31/03/2008	Adições	Reversões	Utilizações	Saldo em 30/06/2008
Cível	5.197	1.946	352	604	6.187
Trabalhista	25.321	5.041	131	334	29.897
Tributária	5.243	611	-	41	5.813
Subtotal	35.761	7.598	483	979	41.897
Depósitos judiciais	1.320	121	-	119	1.322
Total	**34.441**	**7.477**	**483**	**860**	**40.575**

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(*) As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativos a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário realizado em 2003 para o Município de Belo Horizonte. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está

estimado, em 30 de junho de 2008, em R$2.589, integralmente provisionado.

(**) As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionados a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, questionamentos de demissão por justa causa, restabelecimento do plano de saúde baixo risco e da continuidade do pagamento de cesta-básica. Temos provisionamento para todas as ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável e/ou possível, o que representa aproximadamente 59,15% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

Figuramos também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras por nós contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras, via de regra, arcam com o ônus da condenação. Contudo, caso tais empreiteiras não tenham condições financeiras para arcar com o pagamento da condenação, podemos ser compelidos judicialmente a satisfazer o débito trabalhista, pelo que consideramos essas ações como perda provável e/ou possível. Nesses casos, constituímos provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor, em 30 de junho de 2008 é de R$2.609, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como potenciais inadimplentes.

Além disso, atualmente, somos parte também em doze processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que nos autuou principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significa subtração de salário, lavrando autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação, cuja multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária, totalizando R$6.326. Estimamos que a possibilidade de perda de onze processos é considerada possível e, portanto, provisionamos em 30 de junho de 2008 o valor de R$6.323.

Ainda há uma ação de execução, em curso na 36ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o Ministério Público do Trabalho alega que a Companhia descumpriu termo de ajustamento de conduta, que versa sobre a contratação de empregados e de prestação de serviços e obras. Consideramos nossa chance de perda para essa ação como possível, tendo sido provisionado, em 30 de junho de 2008, o valor de R$6.916.

(***) As mais relevantes são as seguintes:

- Em fevereiro de 1994, foi ajuizada contra a União ação declaratória cumulada com a repetição de indébito, visando excluir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a despesa relativa ao imposto de renda pessoa jurídica apurado, bem como as despesas relativas às depreciações, amortizações, custos dos bens baixados e a diferença da correção monetária do IPC/BTNF. Além disso, foi requerida a possibilidade de compensar a base de cálculo negativa da contribuição social apurada nos exercícios anteriores a 1992. Essa ação transitou em julgado em fevereiro de 2005 e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$1.615, atualizado até 30 de junho de 2008.

- Em 1992, a Secretaria da Receita Federal autuou a Companhia por insuficiência de recolhimento do FINSOCIAL no período de 01/01/1983 a 30/03/1989, por entender que a contribuição deveria ser com base na receita bruta e não com base no imposto de renda devido ou como se devido fosse. A Companhia recorreu administrativamente da decisão mas não logrou êxito junto ao conselho de contribuintes. Em agosto de 1994, foi proposta ação declaratória cumulada com repetição de indébito contra a União Federal visando a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da majoração indevida e inconstitucional das alíquotas do FINSOCIAL, bem como da declaração de inexistência de relação jurídica obrigacional no tocante à incidência das leis que majoraram a mesma. Diversas instâncias foram percorridas até que, em dezembro de 2004, a ação foi transitada em julgado e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$3.740, atualizado até 30 de junho de 2008.

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora	
Natureza	**30/06/2008**	**31/03/2008**
• Cível (*)	349.063	313.688
• Tributária (**)	7.558	7.402
Total	**356.621**	**321.090**

(*) Referem-se a ações de indenizações ajuizadas por clientes que pleiteiam reparação por danos materiais e morais e lucros cessantes causados a terceiros, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em;

- Ações Individuais

  Somos parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de desligamento de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis, acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. Não acreditamos que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

- Ações Coletivas

Somos parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 12 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Caratinga, Campina Verde, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Lavras, Leopoldina, Nanuque, Ribeirão das Neves, São Gotardo e Três Corações. Ademais, a Companhia, o Município de Belo Horizonte e a SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital são demandados em uma ação popular que pede a declaração de invalidade do convênio de cooperação celebrado entre as partes. Tal ação está em fase de julgamento, sendo que já apresentamos razões finais pleiteando a extinção do processo em razão do não cabimento da ação popular e, no mérito, a improcedência do pedido em razão da legalidade do convênio. Em 30 de junho de 2008, não havia decisão proferida em nenhuma dessas ações e, com exceção de Caratinga, não havíamos constituído provisão para as referidas ações, uma vez que consideramos, com base nos critérios descritos acima, nossa possibilidade de perda como remota em algumas ações e possível em outras. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados e do convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte.

Somos parte ainda em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim, cujo valor, em 30 de junho de 2008, era de R$33.282. Opusemos embargos à execução, com vistas a provar que as obras, objeto do referido instrumento, foram executadas de forma a atender o aumento populacional desordenado no município, bem como que a realização das obras de infra-estrutura, que não foram por nós executadas, são de responsabilidade do município. Referido processo está em fase de realização de perícia judicial para comprovação das alegações. Consideramos a chance de perda nessa ação como possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

- Ações Ambientais

  Somos parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de nossas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, podemos ser obrigados a investir valores significativos na construção de estações de tratamento e/ou nos abstermos de algumas de nossas de práticas relacionadas aos nossos negócios.

  Uma ação popular de natureza ambiental de que somos parte possui valor de causa relevante, representando R$56.712 em 30 de junho de 2008. Esta ação popular possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação, e de acordo com nossas estimativas, nossa possibilidade de perda é classificada como possível.

- Termos de Ajustamento de Conduta – TACs

  Firmamos diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Firmamos ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

  As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(**) A mais relevante é a seguinte:

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, por não ter incluído nas bases de cálculo do PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações monetárias de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A exigência tributária atualizada até 30 de junho de 2008 é de R$24.791 e pode ser classificada como contingência possível, uma vez que não há jurisprudência relacionada ao assunto. A Companhia, entretanto, interpôs recurso administrativo visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário, e manterá sua posição de discordância em instâncias superiores até a decisão final. Baseada em parecer dos seus assessores jurídicos, a Administração entende não ser necessário constituir provisão para esta autuação.

Em relação à COFINS convêm mencionar que o recurso interposto na esfera administrativa teve seu provimento negado em 14 de junho de 2005, e, no que se refere ao PIS/PASEP, o recurso administrativo ainda está em julgamento perante o segundo conselho de contribuintes. Entretanto, o Superior Tribunal Federal, em recente decisão, declarou a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Diante de tal situação, a Companhia pretende utilizar da via judicial visando à anulação do ato administrativo que constituiu o crédito tributário amparado em legislação inconstitucional.

16. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora				Consolidado	
	30/06/2008		31/03/2008		30/06/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
IRPJ/CSLL	20.055	-	8.685	-	20.055	
PIS/PASEP/COFINS (*)	-	41.525	-	40.747	-	41.525
Crédito-prêmio de IPI (**)	-	66.175	-	65.365	-	66.175
Total	**20.055**	**107.700**	**8.685**	**106.112**	**20.055**	**107.700**

(*) O valor de R$41.525, atualizado até 30 de junho de 2008, é decorrente da utilização de créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Face à conclusão de estudo conduzido por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir a presente provisão até que seja definida a base legal de tais créditos.

(**) Em 2001, adquirimos de terceiros, com deságio de 15,0%, o valor de R$65.800 em créditos-prêmio de IPI, os quais foram utilizados para compensação de débitos tributários próprios. Esse valor, atualizado até 31 de dezembro de 2007, corresponde ao montante de R$137.900. Os mencionados créditos foram adquiridos com base em liminares proferidas em ações judiciais propostas pelas empresas cedentes dos créditos. Apesar de a Secretaria da Receita Federal ter emitido os correspondentes documentos comprobatórios do pedido de compensação, o fisco tem entendido em diversas situações que os créditos adquiridos não são passíveis de compensação, seja em razão de sua origem (créditos cedidos por terceiros), seja em razão de sua natureza (crédito-prêmio de IPI), seja em razão da provisoriedade da cessão (as ações ainda não transitaram em julgado). O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, houve recente modificação da jurisprudência deste órgão, que passou a concluir pela tese de que, por se tratar de incentivo de natureza setorial, o termo de sua vigência teria ocorrido em 05 de outubro de 1990.

Entendemos que a matéria depende de julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Diante do cenário jurisprudencial atual, nossos consultores externos classificam a possibilidade de perda envolvendo esse assunto como sendo maior do que a de êxito. Por outro lado, julgamos haver bons fundamentos jurídicos para sustentar que parte das compensações foi tacitamente homologada. Assim, há sólidos argumentos para se afirmar a extinção das obrigações junto à Receita Federal em relação aos processos nos quais tenha decorrido mais de cinco anos entre a data da declaração da compensação e qualquer notificação da Receita Federal tendente a infirmar a compensação realizada. Nossos consultores externos, no que diz respeito à homologação das compensações pleiteadas há mais de cinco anos, sem que tenha havido notificação da Receita Federal tendente a infirmar as compensações pleiteadas, estimam as chances de perda nessa parte da contingência como possíveis. Assim, em 30 de junho de 2008, o saldo desta provisão é de R$66.175, conforme cálculos elaborados pela Companhia, acrescido de multa moratória e taxa SELIC, sendo desconsiderado o valor relativo aos créditos tributários que teriam sido compensados há mais de cinco anos sem que tenha havido homologação ou rejeição expressa por parte da Receita Federal.

17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO EM BELO HORIZONTE

O Estado e o Município assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

1º) Todas as tubulações de redes de água e de esgotamento sanitário de propriedade do Município, existentes em 23 de maio de 2000, foram transferidas, por alienação, para o patrimônio da Companhia, após devidamente avaliadas, mediante pagamento sob a forma de participação acionária do Município no capital da Companhia, observado o disposto na Lei Municipal nº. 8.754, de 16 de janeiro de 2004. A compra dos citados bens foi referendada pela Assembléia Geral Extraordinária – AGE, de 30 de abril de 2004, e concretizou-se pelo valor de R$280.220, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2º) Findo o prazo deste convênio, os bens alienados à Companhia e incorporados ao seu patrimônio serão revertidos ao patrimônio do Município, mediante recompra, após avaliação contemporânea.

3º) Os bens decorrentes de investimentos efetuados pela Companhia, a partir de 24 de maio de 2000 e até o fim de vigência deste convênio, também serão incorporados ao patrimônio do Município e ressarcidos à Companhia após avaliação contemporânea.

4º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito está sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m3 de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela será calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m3 em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002.

5º) A Companhia assumirá os custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, até o valor máximo de R$170.000. A Companhia e o Município estão negociando o índice de correção das parcelas e um novo prazo para início dos pagamentos, que, contratualmente, deveria se iniciar em janeiro de 2008, em parcelas mensais pelo prazo de 24 anos. Os valores serão corrigidos monetariamente segundo índice a ser estabelecido pelas partes antes do início dos pagamentos.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda do trimestre

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está assim calculado:

	Controladora	
	30/06/2008	30/06/2007
Lucro do trimestre antes dos impostos e contribuições	180.198	155.804
Adições		
• Realização de reserva de correção monetária especial	3.229	4.556
• Doações/subvenções lançadas no patrimônio líquido	5.480	5.786
• Provisões temporariamente não dedutíveis	22.552	6.335
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	8.451	4.361
• Resultado da equivalência patrimonial	747	-
• Outras	146	64
	40.605	21.102
Exclusões		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	979	905
• Reversão de provisões não dedutíveis	483	1.009
• Receita de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	6.485	-
• Reversão de contas incobráveis	6.103	2.657
• Outras	1.365	429
	15.415	5.000
Base de cálculo	205.388	171.906
Alíquota (25%)	51.347	42.977
Imposto de renda diferido	(4.238)	
Complemento de provisão referente ao imposto de renda do exercício de 2006	-	13
Total provisionado	**47.109**	**42.990**

(b) Contribuição social do trimestre

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	30/06/2008	**30/06/2007**
Lucro do trimestre antes dos impostos e contribuições	180.198	155.804
Adições		
• Realização de reserva de correção monetária especial	3.229	4.556
• Provisões temporariamente não dedutíveis	22.552	6.335
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	8.451	4.361
• Resultado da equivalência patrimonial	747	-
• Outras	100	-
	35.079	15.252
Exclusões		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	979	905
• Reversão de provisões não dedutíveis	483	1.009
• Receita de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	6.485	-
• Outras	6.107	1.952
	14.054	3.866
Subtotal	201.223	167.190
Compensação de base de cálculo negativa	-	(50.157)
Base de cálculo	201.223	117.033
Alíquota (9%)	18.110	10.533
Contribuição social diferida	(1.526)	-
Total provisionado	**16.584**	**10.533**

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em atendimento à Medida Provisória nº. 2.158/99, a Companhia apura a variação cambial para fins fiscais pelo regime de caixa desde o exercício social de 2003. Face ao exposto, o excesso de variação cambial contabilizada pelo regime de competência acumula um saldo, em 30 de junho de 2008, de R$45.527. A Companhia mantém provisionado no exigível a longo prazo o imposto de renda constituído à alíquota de 25% e a contribuição social constituída à alíquota de 9% deste saldo, conforme quadro abaixo.

A Companhia possui também, em 30 de junho de 2008, créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25% e de contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, conforme quadro abaixo:

	Impostos diferidos em **30/06/2008**	
	Ativos	Passivos
Base de cálculo		
1. Receita de variação cambial diferida, referente a ganhos sobre operações não liquidadas	-	45.527
2. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.878	-
3. Provisão para contingências	41.897	-
4. Provisão tributária – crédito prêmio de IPI	66.175	-
5. Provisão tributária – PASEP/COFINS	41.525	-
Total	173.475	45.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre débitos		
Imposto de renda (45.527 x 25%)	-	11.382
Contribuição social (45.527 x 9%)	-	4.097
Sobre créditos		
Imposto de renda (173.475 x 25%)	43.369	-
Contribuição social (173.475 x 9%)	15.613	-
Valor registrado	**58.982**	**15.479**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em reuniões realizadas em 29 de fevereiro de 2008 pelo Conselho de Administração, e em 27 de fevereiro de 2008 pelo Conselho Fiscal, foi aprovado estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme definido na Instrução CVM nº. 371.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 30 de junho de 2008, conforme estimativa a seguir:

Exercícios	Expectativa de realização (Controladora)
2009	9.402
2010	3.457
2011	17.973
2012	5.435
2013	8.470
2014 a 2018	14.245
Total	**58.982**

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

As realizações dos créditos tributários relacionados às provisões para contingências foram alocadas nos últimos anos de nossas projeções, em função da dificuldade em se prever, no momento atual, o desfecho e a data de encerramento desses litígios.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia, comparados aos seus valores contábeis, são como segue:

	Controladora 30/06/2008	
	Contábil	Mercado (*)
Ativos:		
Aplicações financeiras	815.605	815.605
Caução de garantia de financiamentos (notas 10 e 11) e aplicações financeiras vinculadas (nota 7)	100.233	100.233
Total	**915.838**	**915.838**
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos (nota 10)	896.276	885.231
Debêntures não conversíveis (nota 11) (**)	433.264	433.264
Debêntures conversíveis (nota 11)	141.860	141.860
Total	**1.471.400**	**1.460.355**

(*) Não revisado.
(**) Debêntures privadas, não negociáveis e sem valor de mercado.

Em 30 de junho de 2008, a sujeição do endividamento da Companhia apresentava-se da seguinte forma:

Índice	Endividamento relacionado (%)
TR	54,0
IGP-M	2,3
Dólar – EUA	4,6
TJLP	39,1

A Companhia não possui contratos de troca de índices, juros e ou indicadores, tampouco possui quaisquer outros instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

(b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

(c) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira consistem em financiamentos destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui garantias quanto à proteção de riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R$68.195 em 30 de junho de 2008 (R$79.728 em 31 de março de 2008), cerca de 4,6% de seu endividamento total (cerca de 5,4% em 31 de março de 2008). A Companhia mantém, em 30 de junho de 2008, caução no valor de R$19.190 (R$20.725 em 31 de março de 2008) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (nota 10).

(d) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal-Bonus), no montante de R$68.195 em 30 de junho de 2008 (R$ 79.728 em 31 de março de 2008).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido, parcialmente, em função dos ativos que também são indexados às taxas de juros, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
Exposição da Companhia à taxa de juros nacionais	**30/06/2008**	**31/03/2008**
Ativos		
Aplicações financeiras (nota 04)	815.605	922.832
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (notas 10 e 11)	1.403.205	1.391.291
Obrigações superiores aos ativos	**587.600**	**468.459**

20. POLÍTICA DE SEGUROS (não revisado)

A Companhia possui apólices de seguros com cobertura de danos causados por incêndios e outros multi-riscos que contemplam parte de seus bens. Para outros tipos de acidentes que poderiam afetar suas construções, poços, veículos e demais bens do seu ativo imobilizado não há cobertura contratada, face ao histórico de não ocorrência de perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

A Companhia contratou a apólice nº. 1030204471 que cobre bens dos seguintes riscos:

Unidades	Garantia	Valor
Rua Mar de Espanha, 453/525 - Edifício Sede e COPE Santo Antônio, Belo Horizonte, MG	Incêndio/raio/explosão Adim. Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	17.842 1
BR 356, km 04 - Estação de tratamento Morro Redondo Belvedere, Belo Horizonte, MG	Incêndio/raio/explosão Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	19.223 1
Rod. BR - 040, km 544 Almoxarifado Central Mutuca, Nova Lima, MG	Incêndio/raio/explosão de depósito de produção Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	9.418 1
Av. Ximango, 780 – Almoxarifado da SPAL Barreiro, Belo Horizonte, MG	Incêndio/raio/explosão de depósito de tubos Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1.260 1

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Em 31 de dezembro de 2007, com base em laudo atuarial elaborado por atuário independente contratado em processo de licitação pública, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um passivo atuarial líquido de R$159.152, de acordo com a NPC 26 do IBRACON, referendada pela Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, que representava a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados, pensionistas e dos ativos garantidores. De acordo com esses cálculos, a Companhia

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

deveria ainda registrar passivo de R$239.052 (R$175.790 em 2006) em exercícios futuros, correspondente à parcela dos custos atuariais diferida pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

Os cálculos estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2007	**2006**
(i) Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.032.073)	(846.834)
Valor justo dos ativos	633.869	529.854
Perdas a serem reconhecidas em exercícios futuros	239.052	175.790
Passivo líquido a ser reconhecido no balanço patrimonial	**(159.152)**	**(141.190)**
(ii) Despesas reconhecidas na demonstração do resultado		
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	(63.386)	(53.164)
Contribuição dos empregados	(13.837)	(12.552)
Amortização do custo de perdas atuariais	5.521	7.891
Total da despesa reconhecida nos exercícios de 2006 e 2005	**43.908**	**46.068**
(iii) Movimentação do passivo líquido atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	15.056	13.658
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	95.696	(3.583)
Contribuição dos empregados	13.838	12.552
Amortização de (ganho) perda atuarial líquida reconhecida em 2006	-	-
Contribuições reais da Companhia no ano	(26.067)	(23.626)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do ano	**1.032.073**	**846.834**
(iv) Evolução do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	529.854	444.678
Rendimento real do valor justo dos ativos	63.386	53.164
Contribuições recebidas	42.091	35.685
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)
(Ganhos) perdas atuariais sobre os ativos do plano (apurados por diferença)	24.604	19.953
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	**633.868**	**529.854**
(v) Evolução do valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Ganho) perda atuarial sobre obrigação atuarial no início do exercício (apurados por diferença)	95.696	(3.583)
Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	**1.032.073**	**846.834**

(vi) Premissas atuariais

Estatísticas diversas e outros fatores que visam antecipar eventos futuros no cálculo da despesa e do passivo relativo ao Plano de Benefício Patrocinado pela Copasa. Esses fatores incluem premissas sobre taxa de desconto e o retorno esperado do ativo. Adicionalmente, a Companhia se utiliza de fatores subjetivos, tais como índices de demissões, rotatividade e mortalidade para estimar esses fatores.

(vii) Despesas previstas para o exercício de 2008 (considerando ajustes mencionados anteriormente)

Custos do serviço corrente	35.530
Custo dos juros	104.310
Rendimento esperado do ativo do plano	(72.299)
Amortização de (ganho) perda atuarial reconhecido no ano de 2007	9.391
Contribuições dos participantes	(17.801)
Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício findo em 31.12.2008	**59.131**

	2007	**2006**
Hipóteses econômicas*		
Taxa de crescimento salarial (ativos)	Empregados: 6,297%a.a. Autopatrocinados: 4,50%a.a.	Até 5 anos de serviço: 6,08%a.a. Acima: 5,04%..
Taxa de desconto financeiro	10,25%a.a.	10,24%a.a.
Rendimento a longo prazo	11,25%a.a.	11,80%a.a.
Capacidade salarial/benefícios	10,00%	68,10%a.a.
Hipóteses demográficas		
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled**	Ex-CAP
Entrada em invalidez	Wyatt 1985 Class 1**	Álvaro Vindas
Rotatividade	T-1 Withdrawal Table	0,77%a.a até 55 anos
Composição familiar	Ativos e Assistidos: 90% Casados e esposa 4 anos mais jovem.	Ativos: 70% casados e esposa 3 anos mais jovem; Assistidos: 90 casados e esposa 3 anos mais jovem.

* Taxas nominais
** Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e pode divergir de forma relevante dos resultados atuais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

Do total de R$165.316 de passivo atuarial líquido reconhecido pela COPASA, atualizado até 30 de junho de 2008, R$6.137 (sendo que neste valor consta R$491 referente a juros de curto prazo) e R$95.209 estão registrados na conta previminas/contribuição especial, no passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente, além da provisão registrada na conta previminas/passivo atuarial líquido, registrado no exigível a longo prazo, no valor de R$59.888, constituída pelos valores de R$8.569, lançado em 31 de dezembro de 2006, e R$51.319, sendo R$33.165 lançado contra ajustes de exercícios anteriores e R$18.154 lançado contra resultado do exercício de 2007. A Companhia tem registrado em outras obrigações a pagar o valor de R$4.082, referente a contribuições normais.

22. CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora						**Consolidado**		
	30/06/2008			**31/03/2008**			**30/06/2008**		
	Estado	Outros	Total	Estado	Outros	Total	Estado	Outros	Total
Ativo	124.449	17.243	141.692	100.232	9.109	109.341	130.686	17.243	147.929
Passivo	(147.381)	(11.387)	(158.768)	(136.690)	(10.545)	(147.235)	(150.937)	(11.387)	(162.324)
Líquido	**(22.932)**	**5.856**	**(17.076)**	**(36.458)**	**(1.436)**	**(37.894)**	**(20.251)**	**5.856**	**(14.395)**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na nota 12, e os convênios descritos na nota 22, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora				
	30/06/2008				
	COPASA Águas Minerais	COPANOR	COPASA Serviços Irrigação	Estado MG	PBH
ATIVO					
Circulante					
• Clientes					
- valores faturados	-	-	-	9.574	2.730
- valores a faturar	-	-	-	-	8.632
Não circulante					
• Realizável a longo prazo					
- clientes – valores a faturar	-	-	-	-	201.404
- empréstimos	9.331	5.430	1.824	-	-
• Investimentos	20.644	1	1	-	-
Total do ativo	**29.975**	**5.431**	**1.825**	**9.574**	**212.766**
PASSIVO					
Circulante					
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797
• Outras obrigações					
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	4.628
- Convênios (nota 22)	-	-	-	22.932	-
Total do passivo	**-**	**-**	**-**	**22.932**	**13.425**
	30/06/2008				
TRANSAÇÕES					
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	22.127	6.499
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(13.273)
• Receitas financeiras – juros	-	-	-	-	5.927
• Receitas de variações monetárias	115	24	17	-	21.542

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora 31/03/2008				
	COPASA Águas Minerais	COPANOR	COPASA Serviços Irrigação	Estado MG	PBH
ATIVO					
Circulante					
• Clientes					
- valores faturados	-	-	-	7.438	2.313
- valores a faturar	-	-	-	-	7.619
Não circulante					
• Realizável a longo prazo					
- clientes - valores a faturar	-	-	-	-	179.675
- empréstimos	2.503	4.397	-	-	-
• Investimentos	20.815	1	1	-	-
Total do ativo	**23.318**	**4.398**	**1**	**7.438**	**189.607**
PASSIVO					
Circulante					
• Fornecedores	-	-	-	-	-
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	47.493	7.683
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797
• Outras obrigações					
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	3.788
- Convênios (nota 22)	-	-	-	36.458	-
Total do passivo	**-**	**-**	**-**	**83.951**	**20.268**
	30/06/2007				
TRANSAÇÕES					
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	15.973	5.698
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(10.255)
• Receitas financeiras - juros	-	-	-	-	2.831
• Receitas de variações monetárias	-	-	-	-	12.995

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se quanto à forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas), conforme previsto e comentado na nota 17.

- Convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte

  Celebramos convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário conforme nota 17.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Convênio operacional com o Município de Belo Horizonte

  Celebramos em 07 de fevereiro de 2006 convênio operacional com o Município de Belo Horizonte para a integração e compatibilização do planejamento, controle e execução de empreendimentos da SUDECAP – Superintendência e Desenvolvimento da Capital, e outros órgãos municipais, e da COPASA, para elaboração de projetos, execução de serviços de implantações e manutenções em infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, urbanização, tratamento de fundo de vales, drenagem pluvial e desenvolvimento de atividades voltadas para a educação higiênico-sanitária. De acordo com o § 1º e o § 2º da cláusula 2ª, em situações previamente acordadas, serviços de responsabilidade da COPASA poderão ser executados pela SUDECAP, e serviços de responsabilidade da SUDECAP poderão ser executados pela COPASA. Anualmente as partes celebrarão encontro de contas referente aos custos dos serviços executados por cada uma, com o pagamento atualizado dos débitos apurados sendo realizado em 30 (trinta) dias após a efetivação do encontro de contas. Entretanto, em 20 de março de 2007, foi celebrado o 1º termo aditivo, incluindo novo parágrafo à cláusula 5ª, determinando que os débitos oriundos de programas sociais devam ser pagos 30 (trinta) dias após a liberação da medição, e não mais no encontro de contas anual. Em virtude da alteração ocorrida através do 1º termo aditivo, a Companhia efetuou pagamentos à SUDECAP em 08 de maio de 2007, no valor de R$1.257, em 09 de novembro de 2007, no valor de R$1.816, e em 10 de março de 2008, no valor de R$1.836. Estes pagamentos se referem a obras realizadas pela SUDECAP relativas à construção de redes de água e esgotamento sanitário no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, que foram incorporadas ao patrimônio da Companhia. Até 30 de junho de 2008 não existiram transações que afetassem o resultado, bem como não existem saldos passíveis de encontro de contas.

- Fornecimento de energia

  Somos um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. Possuímos mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme nota 12.

- Contratos de financiamento com o BDMG

  Celebramos diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

- Contratos com a CODEMIG

  Assinamos com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, um protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme nota 01.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

  Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

  Contrato Particular de Refinanciamento e Financiamento da Dívida de 11 de julho de 1990: como forma e meio de pagamento da dívida, o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu os créditos que forem feitos a sua conta de depósitos provenientes das cotas do Fundo de Participação dos Estados até o limite suficiente ao pagamento das prestações e demais encargos devidos a cada mês. Em 30 de junho de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$2.736, conforme nota 10.

  Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 30 de junho de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$185.778, conforme nota 10.

  Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que forem feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 30 de junho de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$65.459, conforme nota 10.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Despesas e receitas financeiras:

A variação verificada no resultado financeiro do período de janeiro a junho de 2008 em relação a igual período de 2007, está assim representada:

	Controladora		
Discriminação	**01/01/2008 a 30/06/2008**	**01/01/2007 a 30/06/2007**	Variação
Receitas financeiras	93.099	84.625	8.474
Despesas financeiras	(57.570)	(68.857)	11.287
Resultado	**35.529**	**15.768**	**19.761**

O aumento de R$19.761 foi motivado pela ocorrência dos seguintes eventos:

		Valor
Receitas financeiras		
1.	Aumento de receitas financeiras relativas às variações monetárias de dívidas de clientes compensado pela redução de variações monetárias e cambiais, decorrente de ganhos cambiais gerados pela reversão de passivos, em função da queda do dólar norte-americano.	980
2.	Aumento de receitas financeiras relativas aos juros incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (nota 17).	4.640
3.	Aumento de receitas financeiras relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras.	2.860
4	Redução de outras receitas financeiras.	(6)
	Total	**8.474**
Despesas financeiras		
1	Redução de despesas financeiras relativas à CPMF e despesas bancárias	4.056
2.	Aumento de despesas financeiras relativas a juros sobre financiamentos do BNDES e da Caixa Econômica Federal, e variações monetárias sobre dívidas contraídas com a Cemig e a Previminas.	(13.934)
3	Redução de multas e juros sobre impostos e contribuições.	502
4	Redução de despesas financeiras relativas a juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.	20.663
	Total	**11.287**

25. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações do fluxo de caixa refletem as operações de financiamento, investimento e operações da Companhia derivadas dos registros contábeis preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são apresentadas em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº. 20 (NPC 20), emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - IBRACON - "Demonstrações do Fluxo de Caixa".

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008
Fluxo de caixa nas atividades operacionais:			
Lucro líquido do trimestre	116.505	122.944	116.505
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.262	594	7.262
Juros auferidos no trimestre sobre contas a receber de clientes	(3.082)	(2.831)	(3.082)
Variação monetária (VM) auferida no trimestre sobre contas a receber de clientes	(21.542)	(17.962)	(21.542)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.764)	-	(5.764)
Variação cambial (VC) incorrida no trimestre sobre caução de garantia de financiamentos	1.779	1.729	1.779
Rendimento no trimestre sobre caução de garantia de financiamentos	(1.024)	(704)	(1.024)
Resultado de equivalência patrimonial	746	-	-
Baixas líquidas de imobilizado	73	129	73
Depreciação e amortização	60.058	53.640	60.070
Juros incorridos no trimestre sobre empréstimos	8.457	11.034	8.457
VM / VC auferida no trimestre sobre empréstimos	(2.626)	(2.485)	(2.626)
Provisão tributária	1.588	-	1.588
Provisão para contingências	6.134	1.168	6.134
Juros incorridos no trimestre sobre Previminas/Cemig	1.888	1.854	1.888
VM incorrida no trimestre sobre Previminas/Cemig	6.339	2.380	6.339
Lucro ajustado	**176.791**	**171.490**	**176.057**
Redução (aumento) no ativo operacional:			
Contas a receber de clientes - circulante e longo prazo	(26.717)	(2.927)	(26.730)
Estoque	(731)	(906)	(1.914)
Impostos a recuperar	(200)	(5.910)	(200)
Despesas antecipadas	1.322	(2.970)	1.324
Depósitos judiciais	161	(1.193)	161
Caução em garantia de financiamentos	(4.937)	(2.661)	(4.937)
Créditos diversos	(12.537)	(260)	(2.976)

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008
Aumento (redução) no passivo operacional:			
Empreiteiros e fornecedores	13.622	23.366	11.651
Impostos, taxas e contribuições	(1.011)	1.828	(1.463)
Provisões tributárias	11.370	(2.441)	11.370
Provisão para férias	3.567	6.572	3.570
Provisão para 13º salário	9.284	7.982	9.287
Participação dos empregados nos lucros	(6.635)	(7.065)	(6.635)
Convênio de cooperação técnica	(20.818)	(12.263)	(24.204)
Plano de previdência complementar - circulante e longo prazo	1.425	730	1.425
Energia elétrica - circulante e longo prazo	(4.253)	2.973	(4.174)
Obrigações diversas - circulante e longo prazo	5.968	(18.593)	5.979
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**145.671**	**157.752**	**147.591**
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:			
Adições em investimento	-	(1)	-
Adições de imobilizado	(155.719)	(159.845)	(156.776)
Adições no diferido	-	-	(3.424)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(155.719)**	**(159.846)**	**(160.200)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:			
Integralização de capital em controlada	171	-	-
Captação de novos empréstimos	43.776	47.066	43.776
Pagamento de principal - empréstimos	(36.421)	(41.308)	(36.421)
Pagamento de juros - empréstimos	(32.263)	(25.529)	(32.263)
Juros sobre o capital próprio pagos no trimestre	(77.093)	(78.872)	(77.093)
Pagamento de principal - Previminas/Cemig	(5.541)	(4.786)	(5.541)
Pagamento de juros - Previminas/Cemig	(1.884)	(1.856)	(1.884)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(109.255)**	**(105.285)**	**(109.426)**
Redução líquida no saldo de disponibilidades	**(119.303)**	**(107.379)**	**(122.035)**
Saldo de disponibilidades no início do trimestre	960.777	897.900	965.022
Saldo de disponibilidades no final do trimestre	841.474	790.521	842.987
Informações suplementares de fluxo de caixa			
Juros pagos sobre empréstimos	32.263	25.529	32.263
Imposto de renda e contribuição social pagos	18.520	51.080	18.520
	50.783	**76.609**	**50.783**
Transações que não afetaram o caixa			
Capitalização de juros sobre empréstimos	19.458	14.277	19.458
Imobilizado recebido na forma de doação	5.481	5.841	5.481
	24.939	**20.118**	**24.939**

26. EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº. 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº. 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Contudo, em 1991, suspendemos o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº. 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de nossas tarifas, não sendo cobrado de nossos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexiste qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (“Companhia”) comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em 04 de agosto de 2008, em cumprimento ao estabelecido no “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações”, foram convertidas 188 debêntures da 2ª emissão em 752 ações ordinárias escriturais, conforme “Solicitação de Conversão de Debêntures - Copasa”, recebido pela Companhia em 30 de julho de 2008.

Essas novas ações emitidas pela Companhia terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro à espécie, e participarão, a partir de 04 de agosto de 2008, dos resultados relativos ao exercício social em curso, calculados pro rata temporis, e de forma integral dos resultados a partir do exercício de 2009, inclusive dividendos e juros sobre o capital próprio.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O aumento de capital decorrente da conversão das debêntures em ações ordinárias da Companhia, observada a forma estabelecida no inciso III, do artigo 166 da Lei das Sociedades por Ações, e no Estatuto Social, será homologado em até 60 (sessenta) dias, e arquivado na competente Junta Comercial no prazo de 30 (trinta) dias após a sua efetivação.

DIRETORIA EXECUTIVA

MÁRCIO AUGUSTO VASCONCELOS NUNES	Diretor Presidente
HERCULANO ANGHINETTI	Diretor Vice-presidente
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	Diretor de Meio Ambiente e Novos Negócios
DIEGO LEONARDO DE ANDRADE CARVALHO	Diretor de Operação Sudoeste
GELTON PALMIERI ABUD	Diretor de Gestão Corporativa
JUAREZ AMORIM	Diretor de Operação Metropolitana
MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU	Diretor de Operação Norte
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA	Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO	Contador - CRCMG - 36.109

Relatório do Desempenho Operacional para a CVM

2T08 - Segundo trimestre de 2008

1- Dados Gerais de Atendimento

A atuação da Copasa no segundo trimestre/2008 (2T08) mostra que a empresa continuou sua trajetória de excelentes resultados, contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e do desenvolvimento econômico-social do Estado de Minas Gerais. A população atendida com serviços de abastecimento de água aumentou em 444 mil pessoas, atingindo 12,2 milhões de habitantes ante 11,8 milhões no segundo trimestre/2007 (2T07). Este número representa um índice de atendimento de 97,5% em sua área de atuação e de 63,1% em relação à população total do Estado. O número de municípios com prestação de serviços de água passou de 586, em junho/2007, para 598 em junho/2008.

COPASA MG

Dados Gerais de Atendimento com Abastecimento de Água
2º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	2T08	2T07	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1)	número	611	611	0	0,0
Municípios com Operação (2)	número	598	586	12	2,0
População Atendida	mil habitantes	12.218	11.774	444	3,8
Índice de Atendimento (3)	%	97,5	98,0	-0,5	-0,5
Atendimento à População do Estado (4)	%	63,1	60,2	2,9	4,8
Ligações Faturadas	mil ligações	3.232	3.115	117	3,8
Extensão de Rede	km	40.266	38.798	1.468	3,8
Volume Faturado de Água	1.000 m³/trimestre	146.637	145.137	1.500	1,0
Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	211.641	211.673	-32	0,0

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros
(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros
(3) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços
(4) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do Estado

Esse desempenho se refletiu no número de ligações faturadas da empresa, que apresentou acréscimo de 117 mil ligações de água, totalizando 3,23 milhões de ligações, representando um aumento de 3,8% comparativamente ao 2T07. A rede de distribuição de água foi ampliada em 1.468 km, totalizando 40.266 km, com incremento de 3,8% em relação ao 2T07 (38.798 km).

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi maior, resultado do esforço empreendido para aumentar a cobertura desses serviços nas localidades operadas. O número de municípios atendidos aumentou em 15,0%, passando de 100 em junho/2007 para 115 no 2T08, beneficiando a uma população total de 6,4 milhões de pessoas (6,0 milhões no 2T07). O incremento verificado de 6,0% (364 mil pessoas) corresponde a um índice de atendimento de 81,6% na área de atuação, tendo o atendimento em relação à população total do Estado aumentado de 30,9% para 33,0% no mesmo período.

COPASA MG

Dados Gerais de Atendimento com Esgotamento Sanitário

2º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	2T08	2T07	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1)	número	189	183	6	3,3
Municípios com Operação (2)	número	115	100	15	15,0
População Atendida	mil habitantes	6.402	6.038	364	6,0
Índice de Atendimento (3)	%	81,6	81,6	0,0	0,0
Atendimento à População do Estado (4)	%	33,0	30,9	2,1	6,8
Ligações Faturadas	mil ligações	1.564	1.458	106	7,3
Extensão de Rede	km	14.056	12.755	1.301	10,2
Volume Faturado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	81.015	78.351	2.664	3,4
Volume Tratado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	28.358	25.514	2.844	11,1

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros

(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros

(3) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços

(4) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do Estado

Esse atendimento é realizado por meio de 1,56 milhão de ligações faturadas de esgoto (1,46 milhão no 2T07), representando um aumento de 106 mil ligações (7,3%). A rede coletora expandiu em 1.301 km, totalizando 14.056 km, o que representa um aumento de 10,2% em relação ao 2T07.

O volume de esgoto tratado atingiu 28,4 milhões de m³ no trimestre, com elevação de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a ampliação dos volumes tratados nas estações em operação e ao início de operação de novas Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs, destacando-se as recentemente inauguradas nas cidades de Contagem e Pedralva.

2- Indicadores de Desempenho

A expansão da empresa no período elevou o volume faturado de água em 1,5 milhão de m³ (1,0%) e o de esgoto em 2,7 milhões de m³ (3,4%), em relação ao 2T07. Contribuíram para este resultado a ampliação do número de pessoas atendidas com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades onde já operávamos esses sistemas e o início de faturamento em novas localidades. No segundo trimestre de 2008 iniciamos o faturamento dos sistemas de esgoto nas cidades de Coração de Jesus, Coronel Murta, Francisco Dumont, Porteirinha, São Francisco e São João do Paraíso.

Em relação aos indicadores de desempenho, permanece como destaque a produtividade do quadro de pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,43 empregados/1000 ligações em 2T07 para 2,31 em 2T08, principalmente devido ao crescimento verificado no número de ligações e ao contingenciamento do quadro das áreas administrativas.

COPASA MG

Indicadores de Desempenho Operacional/Comercial

2º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	2T08	2T07	Variação	
				valor	%
1-Empregados	nº	11.069	11.091	-22	-0,2
2-Empregados/ligações (A+E)	emp/1.000 ligações	2,31	2,43	-0,12	-4,8
3-Volume Faturado					
Água	1.000 m³/trimestre	146.637	145.137	1.500	1,0
Esgoto	1.000 m³/trimestre	81.015	78.351	2.664	3,4
Total	1.000 m³/trimestre	227.652	223.488	4.164	1,9
4-Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	211.641	211.673	-32	0,0
5-Índice de Hidrometração	%	99,31	99,83	-0,52	-0,5
6-Água Não Convertida em Receita - ANCR (1)	l/ligação/dia	251,3	264	-12,70	-4,8

(1) - Média dos últimos 12 meses

O percentual de ligações hidrometradas manteve-se elevado, atingindo 99,31% em junho/2008. Embora ligeiramente inferior ao verificado em 2T07 (99,83%), devido ao início de operação de sistemas com baixo índice de hidrometração e que estão em processo de padronização, este índice é um dos melhores entre as companhias de saneamento. Por outro lado, o indicador Água Não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos consumidores, que atingiu 251,3 l/lig/dia no 2T08, apresentou uma redução de 12,7% em relação ao 2T07 (264). Os estudos tem demonstrado que tal indicador, que inclui as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, os furtos e as imprecisões de medição, é um dos menores dentre as empresas de saneamento do Brasil.

Este desempenho é resultado do Programa de Combate e Redução das Perdas de Água - PRPA, que a empresa implantou e vem desenvolvendo desde 2003 tendo como base conceitos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDA e da International Water Association – IWA. Assim, com praticamente o mesmo volume produzido de água tratada em 2T07 foi possível abastecer mais 444 mil pessoas em 2T08.

3- Investimentos medidos em 2T08

No 2T08 os investimentos foram alocados, principalmente, na ampliação e melhoria do Sistema Produtor do Rio das Velhas, que faz parte do Sistema Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Contagem, Montes Claros e à Adutora da interligação do sistema de água da região noroeste da RMBH, nas ampliações dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Montes Claros, Lavras e nas obras do tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão do Onça – ETE Onça.

INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)	2007	2T07	2T08
ÁGUA	368,0	87,6	114,2
ESGOTO	433,0	102,7	131,3
OUTROS	37,0	14,8	3,0
TOTAL	**838,0**	**205,1**	**248,5**

4- Desempenho do resultado financeiro

O desempenho do resultado da controladora no segundo trimestre de 2008, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, apresenta-se em crescimento continuado, como podemos perceber nos quadros abaixo:

	Controladora				
2º trimestre	**2008**		**2007**		**Variação**
Demonstração do resultado do trimestre		%		%	**%**
Receitas dos serviços de água	428.317		392.793		9,04
Receitas dos serviços de esgoto	139.747		123.096		13,53
Receita operacional bruta	**568.064**		**515.889**		10,11
Deduções da receita operacional bruta	(56.741)		(52.472)		8,14
Receita operacional líquida	**511.323**	**100,00**	**463.417**	100,00	**10,34**
Custos dos serviços prestados	(240.055)	-46,95	(214.739)	-46,34	11,79
Lucro bruto	**271.268**	**53,05**	**248.678**	53,66	**9,08**
Despesas comerciais	(45.373)	-8,87	(35.311)	-7,62	28,50
Despesas administrativas	(74.580)	-14,59	(66.288)	-14,30	12,51
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.088)	-0,60	(2.894)	-0,62	6,71
Resultado financeiro líquido	31.971	6,25	32.257	6,96	-0,89
Juros sobre capital próprio	0	-	(20.663)	-4,46	-100,00
Resultado não operacional	0	-	25	0,01	-100,00
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**180.198**	**35,24**	**155.804**	33,62	**15,66**
Imposto de renda e contribuição social	(63.693)	-12,46	(53.523)	-11,55	19,00
Participação dos empregados	0	-	0	0,00	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	0	-	20.663	4,46	-100,00
Lucro líquido do trimestre	**116. 505**	**22,78**	**122.944**	26,53	**-5,24**

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- **Receita operacional bruta** – A receita operacional bruta aumentou R$52.175 mil ou 10,11%, atingindo R$568.064 no 2º trimestre de 2008, contra R$515.889 mil no mesmo período do ano anterior. Desse aumento, R$35.524 mil foram relativos a serviços de abastecimento de água e R$16.651 relativos a serviços de esgotamento sanitário.

  A tabela abaixo demonstra a variação de nossa receita operacional bruta decorrente de nossos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos períodos indicados:

	Controladora				
2º trimestre	2008		2007		Variação
Receita operacional bruta		%		%	%
Serviços de abastecimento de água	428.317	75,40	392.793	76,14	9,04
Serviços de esgotamento sanitário	139.747	24,60	123.096	23,86	13,53
Total	**568.064**	**100,00**	**515.889**	**100,00**	**10,11**

Principais variações e causas:

- **Abastecimento de água** – A receita de abastecimento de água aumentou 9,04% atingindo R$428.317 mil no 2º trimestre de 2008, contra R$392.793 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, dos reajustes tarifários praticados a um índice médio de 9,47% a partir do mês de março de 2008, e em menor proporção, do crescimento da população atendida, que aumentou 3,56%, passando de 11.736 mil habitantes em 30 de junho de 2007 para 12.154 mil habitantes em 30 de junho de 2008.

- **Esgotamento sanitário** – A receita decorrente de esgotamento sanitário aumentou 13,53%, atingindo R$139.747 mil no 2º trimestre de 2008, contra R$123.096 mil no mesmo período de 2007.

- **Receita operacional líquida** – A receita operacional líquida atingiu R$511.323 mil no 2º trimestre de 2008, contra R$463.417 mil no mesmo período do ano anterior, aumentando 10,34% em função do reflexo do reajuste tarifário ocorrido em março de 2008.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- **Custos e despesas operacionais -** A Companhia, por sua política estratégica, elabora orçamento anual de seus gastos e mantém constante acompanhamento de suas realizações. Dessa forma, as demandas de gastos operacionais podem ser avaliadas e equacionadas no decorrer do exercício, conforme demonstrado a seguir:

  Custos dos serviços prestados - Os custos dos serviços prestados são formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento e tratamento sanitário, conforme, demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora			
2º trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	%
Custos dos serviços prestados	**240.055**	**214.739**	**25.316**	**11,79**
Pessoal	85.670	77.922	7.748	9,94
Depreciações e amortizações	53.967	49.186	4.781	9,72
Energia elétrica	50.679	50.331	348	0,69
Serviços de terceiros	25.126	21.358	3.768	17,64
Material	18.574	15.733	2.841	18,06
Repasse tarifário a municípios	13.806	10.255	3.551	34,63
Gastos gerais	2.415	1.620	795	49,07
Recuperação de crédito *(Cofins/Pis)*	(10.182)	(11.666)	1.484	-12,72

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$7.748 mil, ou o equivalente 9,94% se deve basicamente a provisão de 7% nos meses de maio e junho de 2008, referente ao dissídio coletivo. O reajuste determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, determinou o percentual de reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, mas só foi assinado em 04 de julho de 2008. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Título	30/06/2008	30/06/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/hora normal	29.309.656	27.243.323	2.066.333	7,58
Ordenados e salários/hora extra	2.910.825	2.352.225	558.600	23,75
Gratificação de função	349.688	277.900	71.788	25,83
Férias	5.452.465	6.039.120	(586.655)	-9,71
13º salário	4.120.406	3.152.070	968.336	30,72
Insalubridade	828.994	749.263	79.731	10,64
Complemento de auxílio doença	1.930	4.647	(2.717)	-58,47
Gratificação por desempenho institucional	4.229.814	3.671.455	558.359	15,21
Previdência social	12.328.700	12.008.691	320.009	2,66
FGTS	4.173.011	3.798.878	374.133	9,85
Seguro de acidentes de trabalho	1.314.698	1.449.219	(134.521)	-9,28
Indenizações e aviso prévio	413.086	181.324	231.762	n.m.
Formação profissional	2.944	(652)	3.596	n.m.
Lanche padrão	209.629	180.005	29.624	16,46
Programa vale transporte	1.433.318	1.495.175	(61.857)	-4,14
Programa de suplementação – COPASS	1.123.327	1.007.262	116.065	11,52
Programa de saúde	3.774.014	1.169.321	2.604.693	n.m.
Programa de alimentação	10.715.851	9.397.954	1.317.897	14,02
Programa de seguridade	2.704.008	1.777.797	926.211	52,10
Outros programas assistenciais	74.606	539.359	(464.753)	-86,17
Gratificação por desempenho gerencial	199.243	171.870	27.373	15,93
Participação nos lucros e resultados	0	6.290	(6.290)	-100,00
Despesas pré-operacionais	0	1.250.352	(1.250.352)	-100,00
Despesas de pessoal	**85.670.213**	**77.922.848**	**7.747.365**	**9,94**

- **Depreciação e amortização** – O aumento no valor de R$4.781 ou 9,72% corresponde às novas aquisições de bens patrimoniais e à incorporação de obras ocorridas no trimestre.

- **Material** – As variações mais relevantes ocorreram em material de tratamento, devido ao incremento de consumo devido ao crescimento vegetativo e a novas estações de tratamento de esgoto, além do aumento do valor do produto no mercado, e peças, acessórios e componentes para veículos devido à ocorrência de manutenções de veículos da frota renovada nos anos de 2003 e 2004.

- **Recuperação de créditos** – refere-se ao valor de créditos apurados de acordo com a legislação que tornou a COFINS e o PIS/PASEP não cumulativos. Estes créditos são gerados a partir da aplicação das alíquotas incidentes sobre estas contribuições no valor das despesas incorridas com energia elétrica, serviços de terceiros contratados junto a pessoas jurídicas, aluguéis de bens móveis, depreciação e materiais adquiridos, como forma de compensar o valor das referidas contribuições embutido nos preços de produtos e serviços adquiridos pela Companhia, no valor da COFINS e do PIS/PASEP a pagar. A redução é reflexo da mudança de critério para apuração da base de cálculo dos créditos, atendendo a legislação em vigor.

- **Despesas comerciais** - Compreendem os gastos do sistema comercial da Companhia, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	Controladora			
2º Trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	
				%
Despesas comerciais	**45.373**	**35.311**	**10.062**	**28,50**
Pessoal	20.472	16.042	4.430	27,62
Provisão de contas – PDD	18.856	13.060	5.796	44,38
Serviços de terceiros	2.959	3.474	(515)	-14,82
Depreciações e amortizações	2.107	1.854	253	13,65
Material	753	771	(18)	-2,33
Gastos gerais	226	110	116	n.m.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Principais variações e causas:

- **Pessoal** - O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$4.430 mil, ou o equivalente a 27,62% se deve basicamente a provisão de 7% nos meses de maio e junho de 2008, referente ao dissídio coletivo. O reajuste determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, determinou o percentual de reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, mas só foi assinado em 04 de julho de 2008. A alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implica variação de R$2.054 mil no 2º trimestre de 2008 na despesa de pessoal, comparado com o mesmo período do ano anterior. Observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

Título	30/06/2008	30/06/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/hora normal	8.234.053	6.472.235	1.761.818	27,22
Ordenados e salários/hora extra	387.288	223.146	164.142	73,56
Gratificação de função	31.870	33.042	(1.172)	-3,55
Férias	1.277.722	1.302.435	(24.713)	-1,90
13º salário	872.543	639.997	232.546	36,34
Insalubridade	3.486	7.537	(4.051)	-53,75
Complemento de auxílio doença	415	1.513	(1.098)	-72,57
Gratificação por desempenho institucional	1.000.673	797.269	203.404	25,51
Previdência social	2.703.147	2.416.983	286.164	11,84
FGTS	910.188	750.506	159.682	21,28
Seguro de acidentes de trabalho	253.879	242.586	11.293	4,66
Indenizações e aviso prévio	47.633	4.838	42.795	n.m.
Formação profissional	473	445	28	6,29
Lanche padrão	160.266	105.611	54.655	51,75
Programa vale transporte	310.630	243.710	66.920	27,46
Programa de suplementação – COPASS	250.836	205.768	45.068	21,90
Programa de saúde	949.282	229.636	719.646	n.m.
Programa de alimentação	2.524.429	1.877.490	646.939	34,46
Programa de seguridade	495.355	312.099	183.256	58,72
Outros programas assistenciais	37.450	153.319	(115.869)	-75,57
Gratificação por desempenho gerencial	20.281	20.957	(676)	-3,23
Participação nos lucros e resultados	-	1.037	(1.037)	-100,00
Despesas de pessoal	**20.471.899**	**16.042.159**	**4.429.740**	**27,62**

- **Provisão de contas – PDD** – O crescimento de R$5.796 mil ou 44,38% apresentado no 2º trimestre de 2008, refere-se, principalmente, à constituição de provisão para crédito de liquidação de faturas de valor superior a R$30 mil não ajuizadas.

- **Despesas administrativas** - Compreendem os gastos com a estrutura de gestão da Companhia, que engloba os Conselhos de Administração e Fiscal, gabinetes de diretoria e suas respectivas superintendências vinculadas, cujas despesas estão totalizadas no quadro a seguir:

	Controladora			
2º trimestre	2008	2007	Variação	%
Despesas administrativas	**74.580**	**66.288**	**8.292**	**12,51**
Pessoal	**44.928**	**44.720**	**208**	**0,47**
Salários, honorários e encargos	39.457	37.358	2.099	5,62
Assistência social / previdência privada	7.451	7.714	(263)	-3,41
Transferência para imobilizado ressarcimentos	(1.980)	(352)	(1.628)	n.m.
Serviços de terceiros	**21.445**	**15.513**	**5.932**	**38,24**
Serviços técnicos profissionais	2.688	3.348	(660)	-19,71
Publicidade e propaganda	6.309	5.441	868	15,95
Telefone	2.134	658	1.476	n.m.
Outras despesas	10.314	6.066	4.248	70,03
Depreciações e amortizações	**3.984**	**2.476**	**1.508**	**60,90**
Gastos gerais	**2.491**	**1.838**	**653**	**35,53**
Material	**1.732**	**1.741**	**(9)**	**-0,52**

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$208 mil ou o equivalente a 0,46%, se deve basicamente a provisão de 7% nos meses de maio e junho de 2008, referente ao dissídio coletivo. O reajuste determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, determinou o percentual de reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, mas só foi assinado em 04 de julho de 2008. Esse aumento,

entretanto, foi compensado pela alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implica redução de R$2.054 mil no 2º trimestre de 2008 na despesa de pessoal administrativo, comparado com o mesmo período do ano anterior. Observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

Título	30/06/2008	30/06/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/hora normal	18.252.461	16.715.926	1.536.535	9,19
Ordenados e salários/hora extra	199.837	211.488	(11.651)	-5,51
Gratificação de função	779.285	636.943	142.342	22,35
Honorários da diretoria e dos conselhos	650.847	633.225	17.622	2,78
Férias	3.038.887	3.683.286	(644.399)	-17,50
13º salário	1.999.679	1.869.280	130.399	6,98
Insalubridade	27.091	25.668	1.423	5,54
Complemento de auxílio doença	2.137	4.814	(2.677)	-55,62
Gratificação por desempenho institucional	2.246.251	2.248.198	(1.947)	-0,09
Previdência social	6.377.902	7.011.937	(634.035)	-9,04
FGTS	2.236.753	2.070.137	166.616	8,05
Seguro de acidentes de trabalho	580.488	694.253	(113.765)	-16,39
Indenizações e aviso prévio	2.399.635	1.186.777	1.212.858	n.m.
Formação profissional	245.128	103.316	141.812	n.m.
Lanche padrão	265.861	65.969	199.892	n.m.
Programa vale transporte	483.700	898.955	(415.255)	-46,19
Programa de suplementação – COPASS	562.439	595.560	(33.121)	-5,56
Programa de saúde	1807.312	1.690.075	117.237	6,94
Programa de alimentação	2.253.082	2.277.953	(24.871)	-1,09
Programa de seguridade	1.903.310	1.418.531	484.779	34,17
Outros programas assistenciais	175.216	619.017	(443.801)	-71,69
Contribuição para AECO	0	44.995	(44.995)	-100,00
Ressarcimento funcionário cedido por	(1.980.396)	(352.122)	(1.628.274)	n.m.
Gratificação por desempenho gerencial	420.864	356.854	64.010	17,94
Participação nos lucros e resultados	0	8.857	(8.857)	-100,00
Despesas de pessoal	**44.927.769**	**44.719.892**	**207.877**	**0,47**

- **Serviços de terceiros** – A variação em telefone deve-se a permanência da despesa no centro administrativo SPIN/DVTL sem a devida distribuição. A interface de distribuição de telefonia será implantada após determinação de entrada de dados no SAP – módulo de FI ou CO. A variação em outras despesas deve-se principalmente a locação de bens móveis, equipamentos, programas e serviços de telecomunicações de voz no valor aproximado de R$2.101 mil, e aumento com despesas em anúncios e editais com a publicação de balanço da Companhia, comparados o 2º trimestre de 2008 com o mesmo período do ano anterior.

- **Outras receitas / despesas operacionais** – Devido à mesma natureza, os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para as receitas como para as despesas operacionais, conforme quadro abaixo:

	Controladora			
2º trimestre	2008	2007	Variação	
Outras receitas operacionais				%
Receita de serviços técnicos	4.196	1.100	3.096	n.m.
Reversão de provisão não dedutível	483	905	(422)	-46,63
Recuperação de contas baixadas	6.375	3.205	3.170	98,91
Outras receitas	2.129	1.229	900	73,23
Total de outras receitas operacionais	**13.183**	**6.439**	**6.744**	**n.m.**
Outras despesas operacionais				
Perdas eventuais ou extraordinárias	(13.380)	(4.991)	(8.389)	n.m.
Outras despesas	(2.891)	(4.342)	1.451	-33,42
Total de outras despesas operacionais	**(16.271)**	**(9.333)**	**(6.938)**	**74,34**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(3.088)**	**(2.894)**	**(194)**	**6,70**

Principais variações e causas:

- **Outras receitas operacionais** – A variação de R$6.744 mil neste grupo deve-se às receitas de serviços técnicos prestados pela Companhia referentes ao convênio do Projeto Jaíba, executados em períodos anteriores, mas faturadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG neste trimestre, e receitas auferidas em perfurações de poços para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU. Houve um aumento de R$3.170 mil ou 98,91% na recuperação de contas baixadas.

- **Outras despesas operacionais** – A variação de R$6.938 mil, ou 74,34% refere-se, basicamente, ao aumento de provisão para processos trabalhistas no valor de R$4.515 mil, a atualização de provisões de crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS e crédito-prêmio de IPI, no valor de R$1.588 mil, e em obras emergenciais de recuperação da barragem, elevatória, adutoras e acessos dos Sistemas Catarina e Miguelão, no valor aproximado de R$726 mil, ocorridas em perdas eventuais, compensada pela variação em outras despesas operacionais na conta de assistência e cooperação técnica em convênios com o governo estadual e baixa de convênios e absorção do prejuízo de R$747 mil da Copanor.

- **Receitas e despesas financeiras** – refletem os resultados relativos às aplicações, valores a receber, operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. Devido à mesma natureza os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas financeiras, conforme quadro abaixo:

	Controladora			
2º trimestre	2008	2007	Variação	%
Receitas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	24.463	20.797	3.666	17,63
Juros	7.643	6.421	1.222	19,03
Ganho real em aplicações financeiras	23.433	22.413	1.020	4,55
Diversas	4	(110)	114	n.m.
Total de receitas financeiras	**55.543**	**49.521**	**6.022**	**12,16**
Despesas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(5.024)	(2.159)	(2.865)	n.m.
Juros sobre financiamentos	(14.987)	(10.246)	(4.741)	46,27
Diversas	(3.561)	(4.859)	1.298	-26,71
Total de despesas financeiras	**(23.572)**	**(17.264)**	**(6.308)**	**36,54**
Receitas (despesas) financeiras	**31.971**	**32.257**	**(286)**	**-0,89**

Principais variações e causas:

- **Variações monetárias e cambiais** – Neste grupo são registradas as receitas referentes às atualizações de ativos a receber de clientes e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, além das cauções que garantem o passivo da Companhia. Todas estas operações sofrem variações de acordo com índices de atualização monetária e cambial. Neste 2º trimestre as receitas financeiras vinculadas às cauções e as atualizações de ativos a receber tiveram um aumento

de R$3.666 mil. As despesas financeiras vinculadas ao passivo foram aumentadas em R$2.865 mil, devido ao aumento de despesas financeiras relativas às variações monetárias, principalmente as dívidas junto à Cemig e Previminas.

- **Juros** – Esse item, cujo aumento no trimestre foi de R$1.222 mil, registra as receitas auferidas com os juros sobre débitos de clientes e da Prefeitura de Belo Horizonte além da caução referente ao financiamento junto ao Banco de New York. Os juros passivos aumentaram R$4.741mil devido, principalmente, ao pagamento de juros em moeda nacional.

- **Ganho real em aplicações financeiras** – O aumento de R$1.020 mil no 2º trimestre de 2008 se deve basicamente aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras, cujo saldo da aplicação em 30 de junho de 2008 foi de R$815.605 contra R$756.168 mil em 30 de junho de 2007.

- **Receitas/despesas diversas** – As receitas diversas compreendem as bonificações e dividendos auferidos pela companhia no 2º trimestre em análise, comparado com os valores recebidos no mesmo trimestre do ano anterior. Esse item obteve uma variação negativa de 103,64% ou R$114 mil. As despesas diversas são compostas por multas e acréscimos moratórios, despesas bancárias e encargos assumidos pela empresa. Esse item teve redução de R$1.298 mil no 2º trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre de 2007.

- **Juros sobre o capital próprio** – No 2º trimestre de 2008, a Companhia não registrou antecipação de juros sobre o capital próprio sobre os resultados do 1º trimestre, diferente do que ocorreu no mesmo período do ano anterior. Este registro deverá ser efetuado em julho de 2008.

- **Provisão para imposto de renda e contribuição social** – A tributação sobre o lucro neste 2º trimestre de 2008 atingiu R$63.693 mil contra R$53.523 mil no igual trimestre do ano anterior. Conforme legislação específica, o valor do imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre os lucros tributáveis ajustados. Este aumento ocorreu devido à ausência de reconhecimento do JCP até 30 de junho de 2008, diferente do ocorrido em 2007, quando foi registrada antecipação no valor de R$20.663 mil.

- **Lucro líquido do trimestre** – O lucro líquido do 2º trimestre de 2008 foi de R$116.505 mil com uma redução de R$6.439 mil ou 5,24% contra R$122.944 mil no igual trimestre do ano anterior. Esta redução no lucro ocorreu devido a ausência de reconhecimento do JCP até 30 de junho de 2008.

5- Análise e discussão da estrutura patrimonial

A análise e a discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações resultantes das nossas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Para efeito da análise e discussão indicada a seguir, foram consideradas aquelas rubricas que a Companhia entende materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial nas datas indicadas, seja em razão do montante de seu saldo, seja em razão da variação percebida entre tais datas.

	Controladora			
2º trimestre	30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Balanço patrimonial				
Ativo circulante	1.226.143	1.321.409	(95.266)	-7,21
Ativo não circulante	4.678.733	4.517.072	161.661	3,58
Total do ativo	**5.904.876**	**5.838.481**	**66.395**	**1,14**
Passivo circulante	434.938	495.593	(60.655)	-12,24
Passivo não circulante	1.755.144	1.738.996	16.148	0,93
Patrimônio líquido	3.714.794	3.603.892	110.902	3,08
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.904.876**	**5.838.481**	**66.395**	**1,14**

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

2º trimestre	Controladora 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Ativo circulante	**1.226.143**	**1.321.409**	**(95.266)**	**-7,21**
Disponibilidades	841.474	960.777	(119.303)	-12,42
Contas a receber de clientes	347.217	324.867	22.350	6,88
Estoques	28.002	27.271	731	2,68
Impostos a recuperar	752	552	200	36,23
Créditos diversos	8.698	7.942	756	9,52

- **Ativo circulante**

  - **Disponibilidades** - A conta disponibilidades diminuiu R$119.302 mil, ou seja, 12,42% em relação a 31 de março de 2008. O valor em 30 de junho de 2008 foi de R$841.475 mil contra R$960.777 mil em 31 de março de 2008. O que motivou a redução do saldo dessa conta no período foi o aumento de pagamentos a fornecedores.

  - **Contas a receber de clientes** - Esta rubrica aumentou R$22.350 mil em 31 de março de 2008 ou 6,88%. Em 31 de março de 2008 seu valor era de R$324.867 mil, tendo evoluído para R$347.217 mil em 30 de junho de 2008. A variação se deu pelo reajuste tarifário médio de 9,47% ocorrido em março de 2008, cujo impacto é verificado a partir de abril de 2008.

  - **Impostos a recuperar** - Esse grupo aumentou R$200 mil ou 36,23%, cujos valores foram R$752 mil em 30 de junho de 2008 e R$552 mil em 31 de março de 2008. O aumento se deu em função da retenção na fonte do imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras, a ser compensado no próximo trimestre.

  - **Créditos diversos** - A conta créditos diversos consolida as contas de programa de saúde, adiantamentos a funcionários, salários, férias, 13º salário e gastos em viagens, bem como depósitos vinculados a litígios e adiantamentos a fornecedores. Seu aumento foi de 9,52%, ou seja, R$756 mil, em junho de 2008, cujo valor foi de R$8.698 mil em 30 de junho de 2008, contra R$7.942 mil em março de 2008, e está ligado ao aumento de adiantamento de férias e 13º salários ocorrido em função do crescimento do número de empregados que optaram pelo recebimento do benefício no regresso das férias.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	Controladora			
2º trimestre	30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Total do ativo não circulante	**4.678.733**	**4.517.072**	**161.661**	**3,58**
Realizável a longo prazo	**391.367**	**350.062**	**41.305**	**11,80**
Contas a receber de clientes	201.404	179.675	21.729	12,09
Imposto de renda e contrib.social diferidos	58.982	53.886	5.096	9,46
Depósitos judiciais	13.686	13.847	(161)	-1,16
Caução em garantia de financiamentos	59.338	55.156	4.182	7,58
Créditos diversos	57.957	47.498	10.459	22,02
Permanente	**4.287.366**	**4.167.010**	**120.356**	**2,89**
Investimentos	21.865	22.036	(171)	-0,78
Imobilizado	4.265.501	4.144.974	120.527	2,91

- **Ativo não circulante -** O realizável a longo prazo teve um aumento de R$41.305 mil, cujo percentual variou em 11,80% no período de março a junho de 2008, sendo seus valores R$391.367 mil em junho de 2008 contra R$350.062 mil em março de 2008. Das contas que compõem este grupo, são apresentadas a seguir as que sofreram variações relevantes e os fatos que levaram a tal variação:

  Realizável a longo prazo

  - **Contas a receber de clientes** - O grupo contas a receber a longo prazo, que está relacionado, principalmente, a débitos do Município de Belo Horizonte, aumentou 12,09%, com variação de R$21.729 mil, atingindo o valor de R$201.404 mil em 30 de junho de 2008, contra R$179.675 mil em 31 de março de 2008. Esse crescimento se deve ao aumento de R$2,3623 em março para R$2,6464 em junho, no valor da tarifa média mensal da Superintendência de Belo Horizonte, que é a base de cálculo do reajuste deste débito.

  - **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa rubrica teve um crescimento de R$5.096 mil, numa variação de 9,46%, sendo seus valores em 30 de junho de 2008 de R$58.982 mil e R$53.886 mil em 31 de março de 2008. O aumento se deu em função de acréscimo das provisões temporárias de ativos que estão sendo diferidos.

- **Caução em garantia de financiamentos** - O aumento nesta rubrica de 7,58%, ou seja, R$4.182 mil, no período de março de 2008 a 30 de junho de 2008, tendo se elevado de R$55.156 mil a R$59.338 mil respectivamente, refere-se, basicamente, ao aumento de garantia contratual devido ao recebimento de novos desembolsos efetuados pela Caixa Econômica Federal.

- **Créditos diversos** - Essa rubrica teve um crescimento de R$10.459 mil, numa variação de 22,02%, sendo seus valores em 30 de junho de 2008 de R$57.957 mil e R$47.498 mil em 31 de março de 2008. O aumento se deu em função de empréstimos liberados para custear despesas nas subsidiárias Águas Minerais, Copanor e Jaíba, cuja variação foi de R$9.685 mil no período.

Permanente

- **Investimentos** - Houve diminuição de R$171 mil na conta investimentos, cujos valores são R$21.865 mil em 30 de junho de 2008 contra R$22.036 mil em 31 de março de 2008, apresentando variação de 0,78%, em função de novos aportes efetuados pela Companhia, no valor de R$3.605 mil, compensado pela reclassificação de transações, efetuadas no 1º trimestre, da conta investimentos para a conta de empréstimos às Águas Minerais, no valor de R$3.776 mil.

- **Imobilizado** - Nosso imobilizado aumentou em 2,91%, ou seja, R$120.527 mil, atingindo R$4.265.501 mil em 30 de junho de 2008 contra R$4.144.974 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento explica-se, principalmente, pelos empreendimentos para expansão e criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e instalações de uso geral, bem como por novas aquisições da empresa.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

2º trimestre	Controladora 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Total do passivo circulante	**434.938**	**495.593**	**(60.655)**	**-12.34**
Empréstimos e financiamentos	107.502	101.093	6.409	6.34
Debêntures – juros remuneratórios	48.198	51.097	(2.899)	-5,67
Empreiteiros e fornecedores	78.029	64.407	13.622	21.15
Impostos, taxas e contribuições	31.248	32.259	(1.011)	-3.13
Provisão tributária	20.055	8.685	11.370	130,92
Provisão para férias e 13º salário	66.377	53.526	12.851	24,01
Participação dos empregados nos lucros	14.186	20.821	(6.635)	-31,87
Juros sobre o capital próprio	36	77.129	(77.093)	-99.95
Convênio de cooperação técnica	17.076	37.894	(20.818)	-54,94
Plano de pensão	10.219	8.593	1.626	18,92
Energia elétrica	25.713	28.984	(3.271)	-11,29
Obrigações diversas	16.299	11.105	5.194	46,77

- **Passivo circulante**

  - **Empréstimos e financiamentos de curto prazo** - A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um saldo de R$107.502 mil em 30 de junho de 2008, contra R$101.093 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento de 6,34%, ou seja, R$6.409 mil refere-se, principalmente, a entradas de novos desembolsos efetuados pela Caixa Econômica Federal, a qual apresentou, dentre outras contas, um saldo de R$58.691 mil em 30 de junho de 2008 contra R$51.537 mil em 31 de março de 2008.

  - **Fornecedores** - Nossa conta de fornecedores apresenta um saldo de R$78.029 mil em 30 de junho de 2008, contra R$64.407 mil em 31 de março de 2008. O aumento foi de R$13.622 mil, ou seja, 21,15%, devido, principalmente, a medições de obras e convênios, lançadas em junho de 2008, cujo pagamento ocorrerá em julho de 2008, nos valores de R$7,6 milhões e R$4,6 milhões, respectivamente.

  - **Debêntures** - A conta debêntures de curto prazo diminuiu em 30 de junho de 2008, apresentando o valor de R$48.198 mil contra R$51.097 em 31 de março de 2008. A variação foi de 5,67%, ou R$2.899 mil, influenciada, principalmente, pelos juros pagos sobre debêntures, cuja redução está diretamente ligada às amortizações sofridas no período, visto que o saldo devedor se encontra menor. Tal variação se deu em R$2.927 mil de 30 de junho de 2008 em relação a 31 de março de 2008.

- **Provisão tributária** - Essa conta cresceu R$11.370 mil, ou seja, 130,92%, e apresentou em 30 de junho de 2008 o valor de R$20.055 mil contra R$8.685 mil em 31 de março de 2008, saldo este que estava comprometido, uma vez que as provisões e pagamentos efetuados no 1º trimestre foram estimados, sendo seus valores reais ajustados no 2º trimestre, o que justifica esta variação.

- **Provisão para férias e 13º salário** - Essa conta, em 31 de março de 2008, apresentava um saldo de R$53.526 mil e em 30 de junho de 2008 houve um aumento de R$12.851 mil, apresentando novo saldo de R$66.377 mil, variando, então, em 24,01% no período. A variação da provisão para férias, no valor de R$3.567 mil foi normal. Já a variação na provisão para 13º salário, no valor de R$9.284 mil foi maior do que no 1º trimestre em função de adequações efetuadas no módulo da folha de pagamento que elevaram esta provisão a partir de junho de 2008.

- **Participação dos empregados nos lucros** - Essa conta, em 31 de março de 2008, apresentava um saldo de R$20.821 mil e em 30 de junho de 2008 houve uma redução de R$6.635 mil, apresentando novo saldo de R$14.186 mil, variando em 31,87% no período. A variação se deu em função do pagamento da 1ª parcela da participação dos empregados nos lucros da Companhia em abril de 2008, cujo restante será efetuado em outubro do mesmo ano.

- **Juros sobre capital próprio** - Essa conta diminuiu R$77.093 mil, ou seja, 99,95%, e apresentou em 30 de junho de 2008 o valor de R$36 mil contra R$77.129 mil em 31 de março de 2008. Essa variação é decorrente do pagamento, em abril e maio de 2008, dos juros sobre o capital próprio relativos a 2007, no valor de R$77.088 mil.

- **Convênio de cooperação técnica** - Essa conta diminuiu R$20.818 mil, ou seja, 54,94%, e apresentou em 30 de junho de 2008 o valor de R$17.076 mil contra R$37.894 mil em 31 de março de 2008. Esta conta variou em função dos novos desembolsos efetuados no valor de R$10.517 mil, compensados pela execução e pagamento de obras previstas nos contratos, no valor aproximado de R$23.000 mil, e também em função de ajustes decorrentes de valores lançados indevidamente na conta de fornecedores desde o ano de 2007, no valor de R$8.190 mil.

- **Plano de pensão** - Em 30 de junho de 2008, essa conta apresentou um saldo de R$10.219 mil, e em 31 de março de 2008, saldo de R$8.593 mil. A variação de R$1.626 mil, ou seja, o crescimento de R$18,92% no período se deve ao valor da diferença do aumento de 37% na contribuição dos empregados, do período de novembro de 2007 a fevereiro de 2008, descontado no pagamento da 1ª parcela da participação dos empregados nos lucros da Companhia, em abril de 2008.

- **Energia elétrica** - Nossa conta de energia elétrica apresenta um saldo de R$25.713 mil em 30 de junho de 2008, contra R$28.984 mil em 31 de março de 2008. Seu índice foi de 11,29% de redução, e seu valor, R$3.271 mil. Essa variação decorre da redução da taxa de fornecimento de energia elétrica, cujo índice se revelou em 9,79%, ocorrida em maio de 2008, conforme determinação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

2º trimestre	Controladora 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Obrigações diversas	**16.299**	**11.105**	**5.194**	**46,77**
Prefeituras	**8.946**	**8.078**	**868**	**10,75**
Repasse tarifário	120	100	20	20,00
Débitos de concessões	8.826	7.978	848	10,63
Outras	7.353	3.027	4.326	142,91

- **Obrigações diversas** - A conta obrigações diversas, atualmente, está composta pelas consignações a recolher (valores descontados da folha de pagamento de empregados) e por encontro de contas e renovação de concessões.

  O saldo dessa conta em 30 de junho de 2008 foi de R$16.299 mil, tendo aumentado 46,77% em relação a 31 de março de 2008 que era de R$11.105 mil, variação essa de R$5.194 mil. O motivo do aumento desse saldo é a provisão de R$5.280 mil referente ao dissídio coletivo, já que o acordo coletivo 2008/2010 só foi assinado em 04 de julho de 2008.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	Controladora			
2º trimestre	30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Total do passivo não circulante	**1.755.144**	**1.738.996**	**16.148**	**0,93**
Exigível a longo prazo	**1.744.060**	**1.738.996**	**5.064**	**0,29**
Empréstimos e financiamentos	**1.315.700**	**1.318.829**	**(3.129)**	**-0,24**
Em moeda nacional	**729.238**	**710.865**	**18.373**	**2,58**
Caixa Econômica federal	548.361	523.303	25.058	4,79
Governo Estadual/BDMG	25.174	24.861	313	1,26
Tesouro Nacional	155.703	162.701	(6.998)	-4,30
Em moeda estrangeira	**59.536**	**69.102**	**(9.566)**	**-13,84**
Banco do Brasil	912	1.995	(1.083)	-54,29
União Federal – bônus	58.624	67.107	(8.483)	-12,64
Debêntures	**526.926**	**538.862**	**(11.936)**	**-2,22**
Debêntures não conversíveis	385.505	397.526	(12.021)	-3,02
Debêntures conversíveis	141.421	141.336	85	0,06
Provisão para contingências	**40.575**	**34.441**	**6.134**	**17,81**
Provisões tributárias	**107.700**	**106.112**	**1.588**	**1,50**
Plano de pensão	**155.097**	**154.529**	**568**	**0,37**
Energia elétrica	**56.989**	**57.938**	**(949)**	**-1,64**
Adiant. para futuro aumento capital	**8.797**	**8.797**	-	-
Imp.renda e contrib.social diferidos	**15.479**	**16.147**	**(668)**	**-4,14**
Outras obrigações	**43.723**	**42.203**	**1.520**	**3,60**
Resultado de exercícios futuros	**11.084**	-	**11.084**	-
Receita de exercícios futuros	11.084	-	11.084	-

- **Passivo não circulante**

Exigível a longo prazo

- **Empréstimos e financiamentos de longo prazo** - Nossa conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo diminuiu 0,24% no período de março de 2008 a 30 de junho de 2008. A diferença foi de R$3.129 mil. Seu saldo praticamente se manteve constante em relação a 31 de março de 2008 devido a aumento nas entradas de novos desembolsos junto à Caixa Econômica Federal, compensado pela amortização dos financiamentos em moeda estrangeira.

- **Debêntures** - A conta debêntures de longo prazo diminuiu R$11.936 mil, ou seja, 2,22%, apresentando o valor de R$526.926 mil em 30 de junho de 2008, contra um montante de R$538.862 mil em 31 de março de 2008. Essa redução se deve às amortizações no período e ao estorno de juros remuneratórios sobre debêntures, que compunha indevidamente o saldo em 31 de março de 2008.

- **Provisão para contingências** - O saldo dessa conta em 30 de junho de 2008 foi de R$40.575 mil, tendo aumentado 17,81% em relação a 31 de março de 2008 que era de R$34.441 mil, variação essa de R$6.134 mil. O aumento nesta conta se deu por duas razões: adição de novos processos judiciais e atualização dos processos já existentes, sendo R$4.574 mil referentes a processos trabalhistas, R$1.372 mil referentes a processos cíveis e R$188 mil de processos tributários.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa conta diminuiu R$668 mil, ou seja, 4,14%, apresentando o valor de R$15.479 mil em 30 de junho de 2008, contra um montante de R$16.147 mil em 31 de março de 2008. Essa variação se deve a redução, neste 2º trimestre em relação ao trimestre anterior, no ganho de variação cambial sobre os financiamentos em moeda estrangeira, registrados no passivo.

Resultado de exercícios futuros

- **Receita de exercícios futuros** - De acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº. 469, de 02 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a Companhia procedeu, em junho de 2008, a reclassificação para resultados de exercícios futuros, dos recebimentos realizados no período de janeiro a junho de 2008, referentes a subvenções para a construção de redes de água e de esgotamento sanitário, no valor de R$11.010 mil, e a bens doados por empresas Incorporadoras, constituídos por redes de água e de esgotamento sanitário, reservatórios e instalações, no valor de R$74 mil. Essas doações são previstas pelas normas internas da Companhia, como condição para a assunção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto em empreendimentos edificados por particulares.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

2º trimestre	Controladora 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Patrimônio líquido				
Saldo inicial	**3.603.892**	**3.511.358**	**92.534**	**2,56**
Doações e subvenções	(5.603)	5.603	(11.206)	-
Lucro acumulado	116.505	86.931	29.574	34,02
Saldo final	**3.714.794**	**3.603.892**	**110.902**	**3,08**

- **Patrimônio líquido** - Nosso patrimônio líquido aumentou 3,08%, atingindo R$3.714.794 mil em 30 de junho de 2008 contra R$3.603.892 em 31 de março de 2008. Tal evolução refere-se, principalmente, à geração de lucros no período, que por sua vez decorreu do aumento tarifário dos serviços prestados pela Companhia, cujo impacto relevante se deu em abril de 2008.

  Em 30 de junho de 2008, a Companhia procedeu à reclassificação dos valores recebidos de doações e subvenções, no período de janeiro a junho de 2008, da conta de doações e subvenções para investimentos para a conta de receita de exercícios futuros, no valor de R$11.084 mil, conforme o elucidado no item anterior.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
1	Ativo Total	5.901.971	5.842.035
1.01	Ativo Circulante	1.231.497	1.328.244
1.01.01	Disponibilidades	842.987	965.022
1.01.01.01	Caixa e bancos	26.957	38.989
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	816.030	926.033
1.01.02	Créditos	356.266	333.092
1.01.02.01	Clientes	347.246	324.883
1.01.02.02	Créditos Diversos	9.020	8.209
1.01.02.02.01	Adiantamento a empregados	8.097	6.018
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	218	1.542
1.01.02.02.03	Outros	705	649
1.01.03	Estoques	31.492	29.578
1.01.04	Outros	752	552
1.01.04.01	Impostos a recuperar	752	552
1.01.04.02	Imp de renda e contrib social diferidos	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.670.474	4.513.791
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	375.727	344.040
1.02.01.01	Créditos Diversos	375.727	344.040
1.02.01.01.01	Contas a receber de Clientes	201.404	179.675
1.02.01.01.02	Imp de Renda e Contrib Sociais Diferidos	58.982	53.886
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	13.686	13.847
1.02.01.01.04	Caução em garantia de financiamentos	59.338	55.156
1.02.01.01.05	Outros	42.317	41.476
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	4.294.747	4.169.751
1.02.02.01	Investimentos	1.219	1.219
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.094.622	3.969.908
1.02.02.03	Intangível	188.421	191.551
1.02.02.04	Diferido	10.485	7.073

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2	Passivo Total	5.901.971	5.842.035
2.01	Passivo Circulante	433.423	499.791
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	107.502	101.093
2.01.02	Debêntures	48.198	51.097
2.01.03	Fornecedores	78.996	67.345
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	31.334	32.797
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	86.438	62.211
2.01.06.01	Provisões tributárias	20.055	8.685
2.01.06.02	Provisão de salários	0	0
2.01.06.03	Provisão para férias	49.990	46.420
2.01.06.04	Provisão para 13º salário	16.393	7.106
2.01.06.05	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	80.955	185.248
2.01.08.01	Participação dos Empregados nos Lucros	14.186	20.821
2.01.08.02	Juros Sobre Capital Próprio	36	77.129
2.01.08.03	Convênio de Cooperativa Técnica	14.395	38.599
2.01.08.04	Plano de Previdência Complementar	10.219	8.593
2.01.08.05	Obrigações Diversas	42.119	40.106
2.02	Passivo Não Circulante	1.753.754	1.738.352
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.742.670	1.738.352
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	788.774	779.968
2.02.01.02	Debêntures	526.926	538.861
2.02.01.03	Provisões	148.275	140.553
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	40.575	34.441
2.02.01.03.02	Provisões tributárias	107.700	106.112
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8.797	8.797
2.02.01.06	Outros	269.898	270.173
2.02.01.06.01	Plano de previdência complementar	155.097	154.529
2.02.01.06.02	Imp de renda e contrib social diferidos	15.479	16.147
2.02.01.06.03	Obrigações diversas	99.322	99.497
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	11.084	0
2.02.02.01	Receita de exercícios futuros	11.084	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.714.794	3.603.892
2.04.01	Capital Social Realizado	2.632.242	2.632.242
2.04.02	Reservas de Capital	70.388	75.991
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2008	4 -31/03/2008
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	808.728	808.728
2.04.04.01	Legal	0	66.077
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	742.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	203.436	86.931
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	568.113	1.089.547	0	0
3.01.01	Serviços de água	428.366	823.732	0	0
3.01.02	Serviços de esgoto	139.747	265.815	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(56.745)	(110.849)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	511.368	978.698	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(240.052)	(471.126)	0	0
3.05	Resultado Bruto	271.316	507.572	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(91.118)	(191.831)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(45.373)	(83.013)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(75.347)	(140.572)	0	0
3.06.03	Financeiras	31.946	35.504	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	55.543	93.099	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(23.597)	(57.595)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	13.183	21.734	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(15.527)	(25.484)	0	0
3.06.05.01	Provisões Tributárias	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	180.198	315.741	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	180.198	315.741	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(63.693)	(112.305)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	116.505	203.436	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	114.795	114.795	114.795	114.795
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,01490	1,77217	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1 - Desempenho do resultado financeiro consolidado

O desempenho do resultado consolidado no segundo trimestre de 2008, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, apresenta-se em crescimento continuado, como podemos perceber nos quadros abaixo:

	Consolidado				
2º trimestre	**2008**		**2007**		**Variação**
Demonstração do resultado do trimestre		%		%	**%**
Receitas dos serviços de água	428.366		392.793		9,06
Receitas dos serviços de esgoto	139.747		123.096		13,53
Receita operacional bruta	**568.113**		**515.889**		10,12
Deduções da receita operacional bruta	(56.745)		(52.472)		8,14
Receita operacional líquida	**511.368**	**100,00**	**463.417**	100,00	**10,35**
Custos dos serviços prestados	(240.052)	-46,94	(214.739)	-46,34	11,79
Lucro bruto	**271.316**	**53,06**	**248.678**	53,66	**9,10**
Despesas comerciais	(45.373)	-8,87	(35.311)	-7,62	28,50
Despesas administrativas	(75.347)	-14,73	(66.288)	-14,30	13,67
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.344)	-0,46	(2.894)	-0,62	-19,00
Resultado financeiro líquido	31.946	6,25	32.257	6,96	-0,96
Juros sobre capital próprio	0	-	(20.663)	-4,46	-100,00
Resultado não operacional	0	-	25	0,01	-100,00
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**180.198**	**35,24**	**155.804**	33,62	**15,66**
Imposto de renda e contribuição social	(63.693)	-12,46	(53.523)	-11,55	19,00
Participação dos empregados	0	-	0	0,00	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	0	-	20.663	4,46	-100,00
Lucro líquido do trimestre	**116.505**	**22,78**	**122.944**	26,53	**-5,24**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Receita operacional bruta –** A receita operacional bruta aumentou R$52.224 mil ou 10,12%, atingindo R$568.113 no 2º trimestre de 2008, contra R$515.889 mil no mesmo período do ano anterior. Desse aumento, R$35.573 mil foram relativos a serviços de abastecimento de água e R$16.651 relativos a serviços de esgotamento sanitário.

  A tabela abaixo demonstra a variação de nossa receita operacional bruta decorrente de nossos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos períodos indicados:

	Consolidado				
2º trimestre	2008		2007		Variação
Receita operacional bruta		%		%	%
Serviços de abastecimento de água	428.366	75,40	392.793	76,14	9,06
Serviços de esgotamento sanitário	139.747	24,60	123.096	23,86	13,53
Total	**568.113**	**100,00**	**515.889**	**100,00**	**10,12**

Principais variações e causas:

- **Abastecimento de água** – A receita de abastecimento de água aumentou 9,06% atingindo R$428.366 mil no 2º trimestre de 2008, contra R$392.793 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, dos reajustes tarifários praticados a um índice médio de 9,47% a partir do mês de março de 2008.

- **Esgotamento sanitário** – A receita decorrente de esgotamento sanitário aumentou 13,53%, atingindo R$139.747 mil no 2º trimestre de 2008, contra R$123.096 mil no mesmo período de 2007.

- **Receita operacional líquida** – A receita operacional líquida atingiu R$511.368 mil no 2º trimestre de 2008, contra R$463.417 mil no mesmo período do ano anterior, aumentando 10,35% em função do reflexo do reajuste tarifário ocorrido em março de 2008.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Custos e despesas operacionais** - A Companhia, por sua política estratégica, elabora orçamento anual de seus gastos e mantém constante acompanhamento de suas realizações. Dessa forma, as demandas de gastos operacionais podem ser avaliadas e equacionadas no decorrer do exercício, conforme demonstrado a seguir:

  Custos dos serviços prestados - Os custos dos serviços prestados são formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento e tratamento sanitário, conforme, demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado			
2º trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	
				%
Custos dos serviços prestados	**240.052**	**214.739**	**25.313**	**11,79**
Pessoal	85.667	77.922	7.745	9,94
Depreciações e amortizações	53.967	49.186	4.781	9,72
Energia elétrica	50.679	50.331	348	0,69
Serviços de terceiros	25.126	21.358	3.768	17,64
Material	18.574	15.733	2.841	18,06
Repasse tarifário a municípios	13.806	10.255	3.551	34,63
Gastos gerais	2.415	1.620	795	49,07
Recuperação de crédito *(Cofins/Pis)*	(10.182)	(11.666)	1.484	-12,72

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$7.745 mil, ou o equivalente 9,94% se deve basicamente a provisão de 7% nos meses de maio e junho referente ao dissídio coletivo. O reajuste determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, determinou o percentual de reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, mas só foi assinado em 04 de julho de 2008. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Título	30/06/2008	30/06/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/hora normal	29.306.656	27.243.323	2.063.333	7,57
Ordenados e salários/hora extra	2.910.825	2.352.225	558.600	23,75
Gratificação de função	349.688	277.900	71.788	25,83
Férias	5.452.465	6.039.120	(586.655)	-9,71
13º salário	4.120.406	3.152.070	968.336	30,72
Insalubridade	828.994	749.263	79.731	10,64
Complemento de auxílio doença	1.930	4.647	(2.717)	-58,47
Gratificação por desempenho institucional	4.229.814	3.671.455	558.359	15,21
Previdência social	12.328.700	12.008.691	320.009	2,66
FGTS	4.173.011	3.798.878	374.133	9,85
Seguro de acidentes de trabalho	1.314.698	1.449.219	(134.521)	-9,28
Indenizações e aviso prévio	413.086	181.324	231.762	n.m.
Formação profissional	2.944	(652)	3.596	n.m.
Lanche padrão	209.629	180.005	29.624	16,46
Programa vale transporte	1.433.318	1.495.175	(61.857)	-4,14
Programa de suplementação – COPASS	1.123.327	1.007.262	116.065	11,52
Programa de saúde	3.774.014	1.169.321	2.604.693	n.m.
Programa de alimentação	10.715.851	9.397.954	1.317.897	14,02
Programa de seguridade	2.704.008	1.777.797	926.211	52,10
Outros programas assistenciais	74.606	539.359	(464.753)	-86,17
Gratificação por desempenho gerencial	199.243	171.870	27.373	15,93
Participação nos lucros e resultados	0	6.290	(6.290)	-100,00
Despesas pré-operacionais	0	1.250.352	(1.250.352)	-100,00
Despesas de pessoal	**85.667.213**	**77.922.848**	**7.744.365**	**9,94**

- **Depreciação e amortização** – O aumento no valor de R$4.781 ou 9,72% corresponde às novas aquisições de bens patrimoniais e à incorporação de obras ocorridas no trimestre.

- **Material** – As variações mais relevantes ocorreram em material de tratamento devido ao incremento de consumo devido ao crescimento vegetativo e a novas estações de tratamento de esgoto, além do aumento do valor do produto no mercado, e peças, acessórios e componentes para veículos devido a ocorrência de manutenções de veículos da frota renovada nos anos de 2003 e 2004.

- **Recuperação de créditos** – refere-se ao valor de créditos apurados de acordo com a legislação que tornou a COFINS e o PIS/PASEP não cumulativos. Estes créditos são gerados a partir da aplicação das alíquotas incidentes sobre estas contribuições no valor das despesas incorridas com energia elétrica, serviços de terceiros contratados junto a pessoas jurídicas, aluguéis de bens móveis e imóveis, depreciação e materiais adquiridos, como forma de compensar o valor das referidas contribuições embutido nos preços de produtos e serviços adquiridos pela Companhia, no valor da COFINS e do PIS/PASEP a pagar. A redução é reflexo da mudança de critério para apuração da base de cálculo dos créditos, atendendo a legislação em vigor.

- **Despesas comerciais -** Compreendem os gastos do sistema comercial da Companhia, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado			
2º Trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	**%**
Despesas comerciais	**45.373**	**35.311**	**10.062**	**28,50**
Pessoal	20.472	16.042	4.430	27,62
Provisão de contas – PDD	18.856	13.060	5.796	44,38
Serviços de terceiros	2.959	3.474	(515)	-14,82
Depreciações e amortizações	2.107	1.854	253	13,65
Material	753	771	(18)	-2,33
Gastos gerais	226	110	116	n.m.

Principais variações e causas:

- **Pessoal** - O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$4.430 mil, ou o equivalente a 27,62% se deve basicamente a provisão de 7% nos meses de maio e junho de 2008, referente ao dissídio coletivo. O reajuste determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, determinou o percentual de reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, mas só foi assinado em 04 de julho de 2008. A alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implica variação de R$2.054 mil no 2º trimestre de 2008 na despesa de pessoal, comparado com o mesmo período do ano anterior. Observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Título	30/06/2008	30/06/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/hora normal	8.234.053	6.472.235	1.761.818	27,22
Ordenados e salários/hora extra	387.288	223.146	164.142	73,56
Gratificação de função	31.870	33.042	(1.172)	-3,55
Férias	1.277.722	1.302.435	(24.713)	-1,90
13º salário	872.543	639.997	232.546	36,34
Insalubridade	3.486	7.537	(4.051)	-53,75
Complemento de auxílio doença	415	1.513	(1.098)	-72,57
Gratificação por desempenho institucional	1.000.673	797.269	203.404	25,51
Previdência social	2.703.147	2.416.983	286.164	11,84
FGTS	910.188	750.506	159.682	21,28
Seguro de acidentes de trabalho	253.879	242.586	11.293	4,66
Indenizações e aviso prévio	47.633	4.838	42.795	n.m.
Formação profissional	473	445	28	6,29
Lanche padrão	160.266	105.611	54.655	51,75
Programa vale transporte	310.630	243.710	66.920	27,46
Programa de suplementação – COPASS	250.836	205.768	45.068	21,90
Programa de saúde	949.282	229.636	719.646	n.m.
Programa de alimentação	2.524.429	1.877.490	646.939	34,46
Programa de seguridade	495.355	312.099	183.256	58,72
Outros programas assistenciais	37.450	153.319	(115.869)	-75,57
Gratificação por desempenho gerencial	20.281	20.957	(676)	-3,23
Participação nos lucros e resultados	-	1.037	(1.037)	-100,00
Despesas de pessoal	**20.471.899**	**16.042.159**	4.429.740	**27,62**

- **Provisão de contas – PDD** – O crescimento de R$5.796 mil ou 44,38% apresentado no 2º trimestre de 2008, refere-se, principalmente, à constituição de provisão para crédito de liquidação de faturas de valor superior a R$30 mil não ajuizadas.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Despesas administrativas** - Compreendem os gastos com a estrutura de gestão da Companhia, que engloba os Conselhos de Administração e Fiscal, gabinetes de diretoria e suas respectivas superintendências vinculadas, cujas despesas estão totalizadas no quadro a seguir:

	Consolidado			
2º trimestre	2008	2007	Variação	%
Despesas administrativas	**75.347**	**66.288**	**9.059**	**13,67**
Pessoal	**44.970**	**44.720**	**250**	**0,56**
Salários, honorários e encargos	39.499	37.358	2.141	5,73
Assistência social / previdência privada	7.451	7.714	(263)	-3,41
Transferência para imobilizado ressarcimentos	(1.980)	(352)	(1.628)	n.m.
Serviços de terceiros	**22.123**	**15.513**	**6.610**	**42,61**
Serviços técnicos profissionais	3.345	3.348	(3)	-0,09
Publicidade e propaganda	6.309	5.441	868	15,95
Telefone	2.134	658	1.476	n.m.
Outras despesas	10.335	6.066	4.269	70,38
Depreciações e amortizações	**3.996**	**2.476**	**1.520**	**61,39**
Gastos gerais	**2.518**	**1.838**	**680**	**37,00**
Material	**1.740**	**1.741**	**(1)**	**-0,06**

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$250 mil ou o equivalente a 0,56%, se deve basicamente a provisão de 7% nos meses de maio e junho de 2008, referente ao dissídio coletivo. O reajuste determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, determinou o percentual de reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, mas que só foi assinado em 04 de julho de 2008. Esse aumento, entretanto, foi compensado pela alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implica redução de R$2.054 mil no 2º trimestre de 2008 na despesa de pessoal administrativo, comparado com o mesmo período do ano anterior. Observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Título	30/06/2008	30/06/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/hora normal	18.294.406	16.715.926	1.578.480	9,44
Ordenados e salários/hora extra	199.837	211.488	(11.651)	-5,51
Gratificação de função	779.285	636.943	142.342	22,35
Honorários da diretoria e dos conselhos	650.847	633.225	17.622	2,78
Férias	3.038.887	3.683.286	(644.399)	-17,50
13º salário	1.999.679	1.869.280	130.399	6,98
Insalubridade	27.091	25.668	1.423	5,54
Complemento de auxílio doença	2.137	4.814	(2.677)	-55,62
Gratificação por desempenho institucional	2.246.251	2.248.198	(1.947)	-0,09
Previdência social	6.377.902	7.011.937	(634.035)	-9,04
FGTS	2.236.753	2.070.137	166.616	8,05
Seguro de acidentes de trabalho	580.488	694.253	(113.765)	-16,39
Indenizações e aviso prévio	2.399.635	1.186.777	1.212.858	n.m.
Formação profissional	245.128	103.316	141.812	n.m.
Lanche padrão	265.861	65.969	199.892	n.m.
Programa vale transporte	483.700	898.955	(415.255)	-46,19
Programa de suplementação – COPASS	562.439	595.560	(33.121)	-5,56
Programa de saúde	1.807.312	1.690.075	117.237	6,94
Programa de alimentação	2.253.082	2.277.953	(24.871)	-1,09
Programa de seguridade	1.903.310	1.418.531	484.779	34,17
Outros programas assistenciais	175.216	619.017	(443.801)	-71,69
Contribuição para AECO	0	44.995	(44.995)	-100,00
Ressarcimento funcionário cedido por	(1.980.396)	(352.122)	(1.628.274)	n.m.
Gratificação por desempenho gerencial	420.864	356.854	64.010	17,94
Participação nos lucros e resultados	0	8.857	(8.857)	-100,00
Despesas de pessoal	**44.969.714**	**44.719.892**	**249.822**	**0,56**

- **Serviços de terceiros** – A variação em telefone deve-se a permanência da despesa no centro administrativo SPIN/DVTL sem a devida distribuição. A interface de distribuição de telefonia será implantada após determinação de entrada de dados no SAP – módulo de FI ou CO. A variação em outras despesas deve-se principalmente a locação de bens móveis, equipamentos, programas e serviços de telecomunicações de voz no valor aproximado de R$2.101 mil, e aumento com despesas em anúncios e editais com a publicação de balanço da Companhia, comparados o 2º trimestre de 2008 com o mesmo período do ano anterior.

- **Outras receitas / despesas operacionais** – Devido à mesma natureza, os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para as receitas como para as despesas operacionais, conforme quadro abaixo:

	Consolidado			
2º trimestre	2008	2007	Variação	
Outras receitas operacionais				%
Receita de serviços técnicos	4.196	1.100	3.096	281,45
Reversão de provisão não dedutível	483	905	(422)	-46,63
Recuperação de contas baixadas	6.375	3.205	3.170	98,91
Outras receitas	2.129	1.229	900	73,23
Total de outras receitas operacionais	**13.183**	**6.439**	**6.744**	**n.m.**
Outras despesas operacionais				
Perdas eventuais ou extraordinárias	(13.380)	(4.991)	(8.389)	n.m.
Outras despesas	(2.147)	(4.342)	2.195	-50,55
Total de outras despesas operacionais	**(15.527)**	**(9.333)**	**(6.194)**	**66,37**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(2.344)**	**(2.894)**	**550**	**-19,00**

Principais variações e causas:

- **Outras receitas operacionais** – A variação de R$6.744 mil neste grupo deve-se às receitas de serviços técnicos prestados pela Companhia referentes ao convênio do Projeto Jaíba, executados em períodos anteriores, mas faturadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG neste trimestre, e receitas auferidas em perfurações de poços para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU. Houve um aumento de R$3.170 mil ou 98,91% na recuperação de contas baixadas.

- **Outras despesas operacionais** – A variação de R$6.194 mil, ou 66,37% refere-se, basicamente, ao aumento da provisão para processos trabalhistas no valor de R$4.515 mil, a atualização de provisões de crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS, e crédito-prêmio de IPI no valor de R$1.588 mil, e em obras emergenciais de recuperação da barragem, elevatória, adutoras e acessos dos Sistemas Catarina e Miguelão, no valor aproximado de R$726 mil ocorridas em perdas eventuais, compensada pela variação em outras despesas operacionais na conta de assistência e cooperação técnica em convênios com o governo estadual e baixa de convênios.

- **Receitas e despesas financeiras** – refletem os resultados relativos às aplicações, valores a receber, operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. Devido à mesma natureza os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas financeiras, conforme quadro abaixo:

	Consolidado			
2º Trimestre	2008	2007	Variação	%
Receitas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	24.463	20.797	3.666	17,63
Juros	7.643	6.421	1.222	19,03
Ganho real em aplicações financeiras	23.433	22.413	1.020	4,55
Diversas	4	(110)	114	n.m.
Total de receitas financeiras	**55.543**	**49.521**	**6.022**	**12,16**
Despesas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(5.024)	(2.159)	(2.865)	n.m.
Juros sobre financiamentos	(14.987)	(10.246)	(4.741)	46,27
Diversas	(3.586)	(4.859)	1.273	-26,20
Total de despesas financeiras	**(23.597)**	**(17.264)**	**(6.333)**	**36,68**
Receitas (despesas) financeiras	**31.946**	**32.257**	**(311)**	**-0,96**

Principais variações e causas:

- **Variações monetárias e cambiais** – Neste grupo são registradas as receitas referentes às atualizações de ativos a receber de clientes e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, além das cauções que garantem o passivo da Companhia. Todas estas operações sofrem variações de acordo com índices de atualização monetária e cambial. Neste 2º trimestre as receitas financeiras vinculadas às cauções e as atualizações de ativos a receber tiveram um aumento de R$3.666 mil. As despesas financeiras vinculadas ao passivo foram aumentadas em R$2.865 mil, devido ao aumento de despesas financeiras relativas às variações monetárias, principalmente as dívidas junto à Cemig e Previminas.

- **Juros** – Esse item, cujo aumento no trimestre foi de R$1.122 mil, registra as receitas auferidas com os juros sobre débitos de clientes e da Prefeitura de Belo Horizonte além da caução referente ao financiamento junto ao Banco de New York. Os juros passivos aumentaram R$4.741mil devido, principalmente, ao pagamento de juros em moeda nacional.

- **Ganho real em aplicações financeiras** – O aumento de R$1.020 mil no 2º trimestre de 2008 se deve basicamente aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras, cujo saldo da aplicação em 30 de junho de 2008 foi de R$815.605 contra R$756.168 mil em 30 de junho de 2007.

- **Receitas/despesas diversas** – As receitas diversas compreendem as bonificações e dividendos auferidos pela companhia no 2º trimestre em análise, comparado com os valores recebidos no mesmo trimestre do ano anterior. Esse item obteve uma variação negativa de 103,64% ou R$114 mil. As despesas diversas são compostas por multas e acréscimos moratórios, despesas bancárias e encargos assumidos pela empresa. Esse item teve redução de R$1.273 mil no 2º trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre de 2007.

- **Juros sobre o capital próprio** – No 2º trimestre de 2008, a Companhia não registrou antecipação de juros sobre o capital próprio sobre os resultados do 1º trimestre de 2008, diferente do que ocorreu no mesmo período do ano anterior. Este registro deverá ser efetuado em julho de 2008.

- **Provisão para imposto de renda e contribuição social** – A tributação sobre o lucro neste 2º trimestre de 2008 atingiu R$63.693 mil contra R$53.523 mil no igual trimestre do ano anterior. Conforme legislação específica, o valor do imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre os lucros tributáveis ajustados. Este aumento ocorreu devido a ausência de reconhecimento do JCP até 30 de junho de 2008, diferente do ocorrido 2007, quando foi registrada antecipação no valor de R$20.663 mil.

- **Lucro líquido do trimestre** – O lucro líquido do 2º trimestre de 2008 foi de R$116.505 mil com uma redução de R$6.439 mil ou 5,24% contra R$122.944 mil no igual trimestre do ano anterior. Esta redução no lucro ocorreu devido a ausência de reconhecimento do JCP até 30 de junho de 2008.

2 - Análise e discussão da estrutura patrimonial

A análise e a discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações resultantes das nossas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Para efeito da análise e discussão indicada a seguir, foram consideradas aquelas rubricas que a Companhia entende materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial nas datas indicadas, seja em razão do montante de seu saldo, seja em razão da variação percebida entre tais datas.

2º trimestre	Consolidado 30/062008	31/032008	Variação	%
Balanço patrimonial				
Ativo circulante	1.231.497	1.328.244	(96.747)	-7,28
Ativo não circulante	4.670.474	4.513.791	156.683	3,47
Total do ativo	**5.901.971**	**5.842.035**	**59.936**	**1,03**
Passivo circulante	433.423	499.791	(66.368)	-13,28
Passivo não circulante	1.753.754	1.738.352	15.402	0,89
Patrimônio líquido	3.714.794	3.603.892	110.902	3,08
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.901.971**	**5.842.035**	**59.936**	**1,03**

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

2º trimestre	Consolidado 30/062008	31/03/2008	Variação	%
Ativo circulante	**1.231.497**	**1.328.244**	**(96.747)**	**-7,28**
Disponibilidades	842.987	965.022	(122.035)	-12,65
Contas a receber de clientes	347.246	324.883	22.363	6,88
Estoques	31.492	29.578	1.914	6,47
Impostos a recuperar	752	552	200	36,23
Créditos diversos	9.020	8.209	811	9,88

- **Ativo circulante**

  - **Disponibilidades** - A conta disponibilidades diminuiu R$122.034 mil, ou seja, 12,65% em relação a 31 de março de 2008. O valor em 30 de junho de 2008 foi de R$842.988 mil contra R$965.022 mil em 31 de março de 2008. O que motivou a redução do saldo dessa conta no período foi o aumento de pagamentos a fornecedores.

  - **Contas a receber de clientes** - Esta rubrica aumentou R$22.363 mil em 31 de março de 2008 ou 6,88%. Em 31 de março de 2008 seu valor era de R$324.883 mil, tendo evoluído para R$347.246 mil em 30 de junho de 2008. A variação se deu pelo reajuste tarifário médio de 9,47%, ocorrido em março de 2008, cujo impacto é verificado a partir de abril de 2008.

  - **Impostos a recuperar** - Esse grupo aumentou R$200 mil ou 36,23%, cujos valores foram R$752 mil em 30 de junho de 2008 e R$552 mil em 31 de março de 2008. O aumento se deu em função da retenção na fonte do imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras, a ser compensado no próximo trimestre.

  - **Créditos diversos** - A conta créditos diversos consolida as contas de programa de saúde, adiantamentos a funcionários, salários, férias, 13º salário e gastos em viagens, bem como depósitos vinculados a litígios e adiantamentos a fornecedores. Seu aumento foi de 9,88%, ou seja, R$811 mil, em junho de 2008, cujo valor foi de R$9.020 mil em junho de 2008 contra R$8.209 mil em março de 2008, e está ligado ao aumento de adiantamento de férias e 13º salários, ocorrido em função do número de empregados que optaram pelo recebimento do benefício no regresso das férias.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

2º trimestre	Consolidado 30/062008	31/03/2008	Variação	%
Total do ativo não circulante	**4.670.474**	**4.513.791**	**156.683**	**3,47**
Realizável a longo prazo	**375.727**	**344.040**	**31.687**	**9,21**
Contas a receber de clientes	201.404	179.675	21.729	12,09
Imposto de renda e contrib.social diferidos	58.982	53.886	5.096	9,46
Depósitos judiciais	13.686	13.847	(161)	-1,16
Caução em garantia de financiamentos	59.338	55.156	4.182	7,58
Créditos diversos	42.317	41.476	841	2,03
Permanente	**4.294.747**	**4.169.751**	**124.996**	**3,00**
Investimentos	1.219	1.219	-	-
Imobilizado	4.283.043	4.161.459	121.584	2,92
Diferido	10.485	7.073	3.412	48,24

- **Ativo não circulante -** O realizável a longo prazo teve um aumento de R$31.687 mil, cujo percentual variou em 9,21% no período de março a junho de 2008, sendo seus valores R$375.727 mil em junho de 2008 contra R$344.040 mil em março de 2008. Das contas que compõem este grupo, são apresentadas a seguir as que sofreram variações relevantes e os fatos que levaram a tal variação:

  Realizável a longo prazo

  - **Contas a receber de clientes** - O grupo contas a receber a longo prazo, que está relacionado, principalmente, a débitos do Município de Belo Horizonte, aumentou 12,09%, com variação de R$21.729 mil, atingindo o valor de R$201.404 mil em 30 de junho de 2008, contra R$179.675 mil em 31 de março de 2008. Esse crescimento se deve ao aumento de R$2,3623 em março para 2,6464 em junho, no valor da tarifa média mensal da Superintendência de Belo Horizonte, que é a base de cálculo do reajuste deste débito.

  - **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa rubrica teve um crescimento de R$5.096 mil, numa variação de 9,46%, sendo seus valores em 30 de junho de 2008 de R$58.982 mil e R$53.886 mil em 31 de março de 2008. O aumento se deu em função de acréscimo das provisões temporárias de ativos que estão sendo diferidos.

- **Caução em garantia de financiamentos** - O aumento nesta rubrica de 7,58%, ou seja, R$4.182 mil, no período de março de 2008 a 30 de junho de 2008, tendo se elevado de R$55.156 mil a R$59.338 mil respectivamente, refere-se, basicamente, ao aumento de garantia contratual devido ao recebimento de novos desembolsos efetuados pela Caixa Econômica Federal.

Permanente

- **Imobilizado** - Nosso imobilizado aumentou em 2,92%, ou seja, R$121.584 mil, atingindo R$4.283.043 mil em 30 de junho de 2008 contra R$4.161.459 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento explica-se, principalmente, pelos empreendimentos para expansão e criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e instalações de uso geral, bem como por novas aquisições da empresa.

2º trimestre	Consolidado 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Total do passivo circulante	**433.423**	**499.791**	**(66.368)**	**-13.28**
Empréstimos e financiamentos	107.502	101.093	6.409	6.34
Debêntures – juros remuneratórios	48.198	51.097	(2.899)	-5,67
Empreiteiros e fornecedores	78.996	67.345	11.651	17,30
Impostos, taxas e contribuições	31.334	32.797	(1.463)	-4.46
Provisão tributária	20.055	8.685	11.370	130,92
Provisão para férias e 13º salário	66.383	53.526	12.857	24,02
Participação dos empregados nos lucros	14.186	20.821	(6.635)	-31,87
Juros sobre o capital próprio	36	77.129	(77.093)	-99.95
Convênio de cooperação técnica	14.395	38.599	(24.204)	-62.71
Plano de pensão	10.219	8.593	1.626	18,92
Energia elétrica	25.794	28.986	(3.192)	-11,01
Obrigações diversas	16.325	11.120	5.205	46,81

- **Passivo circulante**

  - **Empréstimos e financiamentos de curto prazo** - A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um saldo de R$107.502 mil em 30 de junho de 2008, contra R$101.093 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento de 6,34%, ou seja, R$6.409 mil refere-se, principalmente, a entradas de novos desembolsos efetuados pela Caixa Econômica Federal, a qual apresentou, dentre outras contas, um saldo de R$58.691 mil em 30 de junho de 2008 contra R$51.537 mil em 31 de março de 2008.

- **Fornecedores** - Nossa conta de fornecedores apresenta um saldo de R$78.996 mil em 30 de junho de 2008, contra R$67.345 mil em 31 de março de 2008. O aumento foi de R$11.651 mil, ou seja, 17,3%, devido, principalmente, a medições de obras e convênios, lançadas em junho de 2008, cujo pagamento ocorrerá em julho de 2008, nos valores de R$7,6 milhões e R$4,6 milhões, respectivamente.

- **Debêntures** - A conta debêntures de curto prazo diminuiu em 30 de junho de 2008, apresentando o valor de R$48.198 mil contra R$51.097 em 31 de março de 2008. A variação foi de 5,67% ou R$2.899 mil, influenciada, principalmente, pelos juros pagos sobre debêntures, cuja redução está diretamente ligada às amortizações sofridas no período, visto que o saldo devedor se encontra menor. Tal variação se deu em R$2.927 mil de 30 de junho de 2008 em relação a 31 de março de 2008.

- **Provisão tributária** - Essa conta cresceu R$11.370 mil, ou seja, 130,92%, e apresentou em 30 de junho de 2008 o valor de R$20.055 mil contra R$8.685 mil em 31 de março de 2008, saldo este que estava comprometido, uma vez que as provisões e pagamentos efetuados no 1º trimestre foram estimados, sendo seus valores reais ajustados no 2º trimestre, o que justifica esta variação.

- **Provisão para férias e 13º salário** - Essa conta, em 31 de março de 2008 apresentava um saldo de R$53.526 mil e em 30 de junho de 2008 houve um aumento de R$12.857 mil, apresentando novo saldo de R$66.383 mil, variando, então, em 24,02% no período. A variação da provisão de férias, no valor de R$3.567 mil foi normal. Já a variação na provisão para 13º salário, no valor de R$9.284 mil foi maior que no 1º trimestre em função de adequações efetuadas no módulo da folha de pagamento que elevaram esta provisão a partir de junho de 2008.

- **Participação dos empregados nos lucros** - Essa conta, em 31 de março de 2008 apresentava um saldo de R$20.821 mil e em 30 de junho de 2008 houve uma redução de R$6.635 mil, apresentando novo saldo de R$14.186 mil, variando em 31,87% no período. A variação se deu em função do pagamento da 1ª parcela da participação dos empregados nos lucros da Companhia em abril de 2008, cujo restante será efetuado em outubro do mesmo ano.

- **Juros sobre capital próprio** - Essa conta diminuiu R$77.093 mil, ou seja, 99,95%, e apresentou em 30 de junho de 2008 o valor de R$36 mil contra R$77.129 mil em 31 de março de 2008. Essa variação é decorrente do pagamento, em abril e maio de 2008, dos juros sobre o capital próprio relativos a 2007, no valor de R$77.088 mil.

- **Convênio de cooperação técnica** - Essa conta diminuiu R$24.204 mil, ou seja, 62,71%, e apresentou em 30 de junho de 2008 o valor de R$14.395 mil contra R$38.599 mil em 31 de março de 2008. Esta conta variou em função dos novos desembolsos efetuados no valor de R$10.517 mil, compensados pelo pagamento e execução de obras previstas nos contratos, no valor aproximado de R$26.000 mil, e também em função de ajustes decorrentes de valores lançados indevidamente na conta de fornecedores desde o ano de 2007, no valor de R$8.190 mil.

- **Plano de pensão** - Em 30 de junho de 2008, essa conta apresentou um saldo de R$10.219 mil, e em 31 de março de 2008, saldo de R$8.593 mil. A variação de R$1.626 mil, ou seja, o crescimento de R$18,92% no período se deve ao valor da diferença do aumento de 37% na contribuição dos empregados, do período de novembro de 2007 a fevereiro de 2008, descontado no pagamento da 1ª parcela da participação dos empregados nos lucros da Companhia, em abril de 2008.

- **Energia elétrica** - Nossa conta de energia elétrica apresenta um saldo de R$25.794 mil em 30 de junho de 2008, contra R$28.986 mil em 31 de março de 2008. Seu índice foi de 11,01% de redução, e seu valor, R$3.192 mil. Essa variação decorre da redução da taxa de fornecimento de energia elétrica, cujo índice se revelou em 9,79%, ocorrida em maio de 2008, conforme determinação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

2º trimestre	Consolidado 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Obrigações diversas	**16.325**	**11.120**	**5.205**	**46,81**
Prefeituras	**8.946**	**8.078**	**868**	**10,75**
Repasse tarifário	120	100	20	20,00
Débitos de concessões	8.826	7.978	848	10,63
Outras	7.379	3.042	4.337	142,57

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Obrigações diversas** - A conta obrigações diversas, atualmente, está composta pelas consignações a recolher (valores descontados da folha de pagamento de empregados) e por encontro de contas e renovação de concessões.

  O saldo dessa conta em 30 de junho de 2008 foi de R$16.325 mil, tendo aumentado 46,81% em relação a 31 de março de 2008 que era de R$11.120 mil, variação essa de R$5.205 mil. O motivo do aumento desse saldo é a provisão de R$5.280 mil referente ao dissídio coletivo, já que acordo coletivo 2008/2010 só foi assinado em 04 de julho de 2008.

2º trimestre	Consolidado 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Total do passivo não circulante	**1.753.754**	**1.738.352**	**15.402**	**0,89**
Exigível a longo prazo	**1.742.670**	**1.738.352**	**4.318**	**0,25**
Empréstimos e financiamentos	**1.315.700**	**1.318.829**	**(3.129)**	**-0,24**
Em moeda nacional	**729.238**	**710.865**	**18.373**	**2,58**
Caixa Econômica federal	548.361	523.303	25.058	4,79
Governo Estadual/BDMG	25.174	24.861	313	1,26
Tesouro Nacional	155.703	162.701	(6.998)	-4,30
Em moeda estrangeira	**59.536**	**69.102**	**(9.566)**	**-13,84**
Banco do Brasil	912	1.995	(1.083)	-54,29
União Federal – bônus	58.624	67.107	(8.483)	-12,64
Debêntures	**526.926**	**538.862**	**(11.936)**	**-2,22**
Debêntures não conversíveis	385.505	397.526	(12.021)	-3,02
Debêntures conversíveis	141.421	141.336	85	0,06
Provisão para contingências	**40.575**	**34.441**	**6.134**	**17,81**
Provisões tributárias	**107.700**	**106.112**	**1.588**	**1,50**
Plano de pensão	**155.097**	**154.529**	**568**	**0,37**
Energia elétrica	**56.989**	**57.938**	**(949)**	**-1,64**
Adiant. para futuro aumento capital	**8.797**	**8.797**	**-**	**-**
Imp.renda e contrib.social diferidos	**15.479**	**16.147**	**(668)**	**-4,14**
Outras obrigações	**42.333**	**41.559**	**774**	**1,86**
Resultado de exercícios futuros	**11.084**	**-**	**11.084**	**-**
Receita de exercícios futuros	11.084	-	11.084	-

- **Passivo não circulante**

Exigível a longo prazo

- **Empréstimos e financiamentos de longo prazo** - Nossa conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo diminuiu 0,24% no período de março de 2008 a 30 de junho de 2008. A diferença foi de R$3.129 mil. Seu saldo praticamente se manteve constante em relação a 31 de março de 2008 devido a aumento nas entradas de novos desembolsos junto à Caixa Econômica Federal, compensado pela amortização dos financiamentos em moeda estrangeira.

- **Debêntures** - A conta debêntures de longo prazo diminuiu R$11.936 mil, ou seja, 2,22%, apresentando o valor de R$526.926 mil em 30 de junho de 2008, contra um montante de R$538.862 mil em 31 de março de 2008. Essa redução se deve às amortizações no período e ao estorno de juros remuneratórios que compunha indevidamente o saldo em 31 de março de 2008.

- **Provisão para contingências** - O saldo dessa conta em 30 de junho de 2008 foi de R$40.575 mil, tendo aumentado 17,81% em relação a 31 de março de 2008 que era de R$34.441 mil, variação essa de R$6.134 mil. O aumento nesta conta se deu por duas razões: adição de novos processos judiciais e atualização dos processos já existentes, sendo R$4.574 mil referentes a processos trabalhistas, R$1.372 mil referentes a processos cíveis e R$188 mil de processos tributários.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa conta diminuiu R$668 mil, ou seja, 4,14%, apresentando o valor de R$15.479 mil em 30 de junho de 2008, contra um montante de R$16.147 mil em 31 de março de 2008. Essa variação se deve a redução, neste 2º trimestre em relação ao trimestre anterior, no ganho de variação cambial sobre os financiamentos em moeda estrangeira, registrados no passivo.

Resultado de exercícios futuros

- **Receita de exercícios futuros** - De acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº. 469, de 02 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a Companhia procedeu, em junho de 2008, a reclassificação para resultados de exercícios futuros, dos recebimentos realizados no período de janeiro a junho de 2008, referentes a subvenções para a construção de redes de água e de esgotamento sanitário, no valor de R$11.010 mil, e a bens doados por empresas Incorporadoras, constituídos por redes de água e de esgotamento sanitário, reservatórios e instalações, no valor de R$74 mil. Essas doações são previstas pelas normas internas da Companhia, como condição para a assunção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto em empreendimentos edificados por particulares.

2º trimestre	Consolidado 30/06/2008	31/03/2008	Variação	%
Patrimônio líquido				
Saldo inicial	**3.603.892**	**3.511.358**	**92.534**	**2,56**
Doações e subvenções	(5.603)	5.603	(11.206)	-
Lucro acumulado	116.505	86.931	29.574	34,02
Saldo final	**3.714.794**	**3.603.892**	**110.902**	**3,08**

- **Patrimônio líquido** - Nosso patrimônio líquido aumentou 3,24%, atingindo R$3.714.794 mil em 30 de junho de 2008 contra R$3.598.289 em 31 de março de 2008. Tal evolução refere-se, principalmente, à geração de lucros no período, que por sua vez decorreu do aumento tarifário dos serviços prestados pela Companhia, cujo impacto relevante se deu em abril de 2008.

  Em 30 de junho de 2008, a Companhia procedeu à reclassificação dos valores recebidos de doações e subvenções, no período de janeiro a junho de 2008, da conta de doações e subvenções para investimentos para a conta de receita de exercícios futuros, no valor de R$11.084 mil, conforme o elucidado no item anterior.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, seguem os Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR, na data de 30 de junho de 2008

1) Acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie e classe - ITR

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física		
Companhia: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG		**Posição em 30/06/2008 (em unidades)**
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13
Mackenzie Financial Corporation*	5.778.000	5,01
Administradores	629	-
Ações em Tesouraria	370.176	0,32
Outros	47.827.276	41,54
Total	**115.164.948**	**100,00**

*Empresa de capital no exterior.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física		
Companhia: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG		**Posição em 30/06/2007 (em unidades)**
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	68.830.404	59,77
Prefeitura de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Capital Group International – Inc**	5.766.800	5,01
Administradores	720	-
Ações em Tesouraria	370.176	0,32
Outros	29.061.864	25,23
Total	**115.164.948**	**100,00**

**Empresa de capital no exterior.

2) Posição dos controladores, Administradores e ações em circulação

Posição acionária consolidada dos Controladores, Administradores e ações em circulação em 30/06/2008 (em unidades)		
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Controlador - Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13
Administradores		
Conselho de Administração	48	-
Diretoria	581	-
Conselho Fiscal	177	-
Ações em tesouraria	370.176	0,32
Outros acionistas	53.605.099	46,55
Total	**115.164.948**	**100,00**
Ações em circulação	**53.605.276**	**46,55**

Posição acionária consolidada dos Controladores, Administradores e ações em circulação em 30/06/2007 (em unidades)		
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Controlador - Estado de Minas Gerais	68.830.404	59,77
Município de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Administradores		
Conselho de Administração	139	-
Diretoria	581	-
Conselho Fiscal	219	-
Ações em tesouraria	370.176	0,32
Outros acionistas	34.828.445	30,24
Total	**115.164.948**	**100,00**
Ações em circulação	**34.828.664**	**30,24**

3) Cláusula compromissória

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR's da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (individuais e consolidadas), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e, (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM no. 469 de 02 de maio de 2008.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n˚ 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou algumas mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução CVM 469 permitiu a não-aplicação de todas as disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR's). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR's do trimestre findo em 30 de junho de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07. As informações referentes aos períodos anteriores, apresentadas para fins de comparação foram, quando aplicável, ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.

5. Conforme mencionado na nota explicativa 26, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do poder executivo estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é parte integrante do cálculo tarifário da Companhia, o qual é promulgado pelo Estado de Minas Gerais. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual.

6. As informações do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2008, que está sendo apresentado para fins comparativos, foi por nós revisado, conforme relatório de revisão especial emitido em 12 de maio de 2008, contendo parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 5 acima. Adicionalmente, as informações contábeis de 30 de junho de 2007, incluídas nestas Informações Trimestrais, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão especial, datado de 10 de agosto de 2007, contendo: (i) ressalva com relação aos cálculos do passivo atuarial atribuíveis aos exercícios de 2006 e 2005, devido à utilização de critérios distintos adotados pela Companhia, para a determinação das estimativas dos ganhos e perdas atuariais atribuíveis a esses exercícios (utilizando-se dos rendimentos reais para a determinação dos ganhos atuariais e de valores estimados para a determinação das perdas atuariais), o que não é aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, levando o passivo não circulante e o patrimônio líquido em 30 de

junho de 2007 a estarem apresentados a menor e a maior em R$33.165 mil, respectivamente. Essa ressalva foi eliminada quando da emissão do Parecer sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 pelos mencionados auditores, uma vez que a Companhia ajustou estes efeitos naquela data. No entanto, as informações contábeis relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, incluídas nas presentes ITR's, não foram alteradas para corrigir eventuais efeitos de tal ajuste naquele período; (ii) ressalva por limitação de escopo referente à metodologia adotada pela Companhia para calcular a parcela do crédito presumido da Cofins e do Pasep, baseada na opinião de seus consultores legais internos quanto à interpretação das normas legais que disciplinam o assunto, que, na data de emissão do relatório de revisão especial dos outros auditores encontrava-se em processo de revisão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº. 16, no segundo semestre de 2007 foi concluído estudo conduzido por consultor externo independente, que determinou a revisão da estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, com o conseqüente registro de R$40.163 mil a título de provisões tributárias, no passivo não circulante. Assim, o parecer daqueles auditores sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, não incluiu qualquer menção com relação a esse assunto. No entanto, as informações contábeis relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, incluídas nas presentes ITR's, não foram alteradas para corrigir eventuais efeitos de tal ajuste naquele período.

Belo Horizonte (MG), 04 de agosto de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-MG

João Ricardo P. Costa
Contador CRC - 1RJ 066.748/O-3-S-MG

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	70
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	95
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	96
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	98
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	100
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	120
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	122/124